



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 12

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 16 de fevereiro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Congratulação a António Guterres pela tomada de posse como Secretário-geral da ONU.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação ao Agrupamento 975 Rosais por ter celebrado as suas Bodas de Prata no dia 17 de novembro de 2016.](#)

Após a apresentação pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), usou da palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), tendo o mesmo posteriormente sido aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa de Saúde do Espírito Santo.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

- [Voto de Congratulação pela conquista do Prémio Internacional VdAcademia 2016 por parte do jovem mariense Tiago Sérgio Alves Cabral.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo trabalho desenvolvido pelas Misericórdias dos Açores, findo o Ano Jubilar da Misericórdia.](#)

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Isabel Quinto (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação aos três jovens açorianos pela conquista de Medalhas de Excelência no Campeonato Europeu de Profissões – EuroSkills 2016, a todos os jovens participantes no referido campeonato, bem como aos seus formadores e professores.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Ricardo Ramalho (*PS*) e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*);

- [Voto de Congratulação pelos 150 anos da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada.](#)

Apresentado pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Dionísio Maia (*PS*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo facto da Confraria do Queijo de São Jorge ter celebrado as suas Bodas de Prata em novembro de 2016 e pelo facto do Queijo de São Jorge ter conquistado prémios de qualidade a nível nacional.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*) e após ter usado da palavra o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo centenário da Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense e pelo insofismável contributo que tem prestado à comunidade picarota e açoriana através do seu relevante papel cultural e social.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*);

- [Voto de Congratulação pela passagem do centenário da Filarmónica União e Progresso Madalense.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo facto do Atleta do Judo Clube São Jorge, Tiago Rodrigues, ter-se sagrado campeão nacional de seniores na categoria de -90 quilos no ano de 2016.](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*).

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pela comemoração dos 50 anos do Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro.](#)

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Isabel Quinto (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação ao Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro pelo trabalho único de aproximar os açorianos num lema – contra o cancro todos contam.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*);

- [Voto de Congratulação pela comemoração do quinquagésimo aniversário da Sociedade Recreativa da Vitória.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Manuel Ramos (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pela brilhante vitória no Campeonato Mundial de Kickboxing de 2016.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado António Viveiros (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*);

- [Voto de Congratulação pelo facto da empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A. ter conquistado o “Prémio 5 Estrelas”.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*) e após ter usado da palavra o Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Saudação aos prémios obtidos recentemente pelos vinhos da ilha do Pico e a todos os produtores que com o seu trabalho tornam viva a paisagem da cultura da vinha.](#)

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*).

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação ao Município da Madalena pela Eleição como Cidade do Vinho 2017.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*) e após ter usado da palavra o Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Protesto pelo facto de nunca terem sido criadas as Comissões Técnicas de Acompanhamento para a Classificação de Leite à Produção em todas as Ilhas.](#)

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Almeida (*PDS*), João Corvelo (*PCP*), André Rodrigues (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi rejeitado por maioria.

Após o Período de Tratamento de Assuntos Políticos entrou-se diretamente na Agenda da Reunião com a continuação do debate sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI – “Décima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, que adapta o sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores,](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para tal usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), António Viveiros (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Carlos Silva (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*) e André Bradford (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Findo este ponto, passou-se para o [Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI – “Cria um programa Urgente de](#)

Combate à Precariedade Laboral na Administração Regional”,

apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a intervenção do Sr. Deputado João Corvelo, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida passou-se para o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 14/XI – “Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após ter usado da palavra o Sr. Deputado João Corvelo, intervieram no debate os Srs. Deputados Manuel Pereira (*PS*), António Almeida (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Colocado à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

De seguida passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 17/XI – “Regulamentação do processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão usou da palavra o Sr. Paulo Mendes, tendo também proferido uma intervenção a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*).

Tendo sido aprovado por unanimidade o ponto anterior passou-se de imediato para o Projeto de Resolução n.º 17/XI – “Regulamentação do processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de

[energia elétrica na Região Autónoma dos Açores](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, usaram da palavra os Srs. Deputados André Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, diploma foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi colocada à votação a **proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de fevereiro**, tendo a mesma sido aprovada por maioria.

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 15 minutos.

Presidente: Muito dia a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 13 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

André Jorge Dionísio **Bradford**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

Isabel Maria Rodrigues Almeida **Correia**

João Paulo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia** **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao PTAP e como é habitual vamos começar pela apresentação, debate e votação dos votos.

Vamos começar por um voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista referente à posse de António Guterres como Secretário Geral da ONU.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tenho esse voto!

Presidente: O Sr. Deputado José San-Bento vai apresentar e peço então à bancada que faça o favor de disponibilizar o voto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Posse de António Guterres como Secretário-Geral da ONU

“António Guterres é uma daquelas raras personalidades que nos faz ter esperança no futuro e acreditar que é possível construir um mundo melhor e mais justo.”

No passado dia 1 de janeiro, o ex-primeiro-ministro português António Guterres tomou posse como Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), um feito a todos os títulos extraordinário e que nos encheu de orgulho.

Com raízes familiares no concelho do Fundão, António Manuel de Oliveira Guterres é natural de Lisboa, onde nasceu em 1949. Estudou no Liceu Camões e licenciou-se em 1971 em Engenharia Eletrotécnica no Instituto Superior Técnico. Foi fundador da DECO, Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor e do Conselho Português para os Refugiados.

António Guterres tornou-se militante do Partido Socialista (PS) em 1974 e foi eleito deputado à Assembleia da República em 1976, iniciando uma ascensão fulgurante na vida pública que agora culminou com a eleição para um dos cargos mais prestigiados e de maior exigência do Mundo.

Em março de 1992 Guterres é eleito secretário-geral do PS. Na sequência da vitória do Partido Socialista e da “Nova Maioria” nas eleições legislativas nacionais de outubro de 1995, António Guterres é nomeado, pelo Presidente da República Mário Soares, primeiro-ministro do governo português.

Ainda em 1995 António Guterres assume o cargo de vice-presidente da Internacional Socialista, organização que liderou entre 1999 e meados de 2005.

Entre junho de 2005 e dezembro de 2015, António Guterres desempenhou o cargo de Alto-comissário das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), uma mega Agência da ONU com atividade em 125 países e com cerca de 10.000 funcionários.

Durante o seu mandato como Alto-comissário, António Guterres promoveu uma profunda reforma na ACNUR, aumentou a eficácia da organização e triplicou a sua capacidade operacional no terreno. Estas alterações permitiram à Agência melhorar a resposta a uma das maiores crises de refugiados das últimas décadas, na sequência de conflitos militares na Síria, no Iraque, no Sudão do Sul, na República Centro Africana e no Iémen, entre muitas outras situações críticas.

No início de 2016 Guterres decidiu candidatar-se a Secretário-geral da ONU, um longo e difícil processo de seleção que pela primeira vez decorreu com transparência e abertura.

A 5 de outubro de 2016, após vários meses de exigente escrutínio, foi anunciada a vitória de António Guterres na eleição para Secretário-geral da ONU, definindo-se o dia seguinte para a votação formal no Conselho de Segurança.

No dia 6 de outubro do ano passado, o Conselho de Segurança da ONU – Órgão em que têm assento treze países entre eles os cinco membros permanentes com direito de veto: China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia - votou por unanimidade e aclamação a resolução que recomendou à Assembleia Geral a designação de Guterres como novo Secretário-geral das Nações Unidas.

A 12 de dezembro de 2016, António Guterres prestou juramento perante os representantes dos 193 países que compõem a Assembleia Geral das Nações Unidas, na sede da Instituição em Nova Iorque, tendo tomado

posse como o nono Secretário-geral da ONU no passado dia 1 de janeiro, assumindo um mandato com a duração de cinco anos.

É de salientar que todo o processo de candidatura de António Guterres a Secretário-geral das Nações Unidas mereceu sempre o apoio permanente e competente de toda a estrutura diplomática portuguesa, coordenada pelo Ministro Augusto Santos Silva. O sucesso da candidatura do novo Secretário-geral da ONU assinala mais uma grande vitória da diplomacia portuguesa.

É também merecedor de reconhecimento, na longa e exigente caminhada de Guterres até ao final da sua contenda, o apoio unânime de todos os quadrantes políticos nacionais, sem exceções.

O atual Secretário-geral da ONU é um grande amigo dos Açores. Nos momentos políticos decisivos esteve sempre ao nosso lado. Conhece a nossa realidade e os nossos constrangimentos desde os primórdios da Autonomia.

O período em que António Guterres exerceu funções como primeiro-ministro português, que coincidiu com o primeiro Governo Regional presidido por Carlos César, foi marcado por grandes e históricas conquistas autonómicas que esta Assembleia reconheceu formalmente através da atribuição, no ano passado, da Insígnia Autonómica de Valor. São desse período, a decisão de manter o centro de controlo oceânico da NAV na Ilha de Santa Maria, a primeira grande descida do preço dos bilhetes das ligações aéreas entre os Açores e o Continente português, a convergência do tarifário elétrico regional com o nacional, a aprovação da primeira Lei de Finanças Regionais e a consagração do Estatuto de Região Ultraperiférica no Tratado de Amesterdão da União Europeia, em 1999 – entre muitas outras conquistas.

António Guterres construiu um percurso político absolutamente notável. Reúne qualidades pessoais e atributos políticos raramente conjugados na mesma personalidade. Possui profundas convicções éticas, é um grande humanista e um ambientalista convicto. É um defensor intransigente da Paz, da Solidariedade, dos Direitos Humanos, da Cooperação e do Diálogo. Tem a visão e a sensibilidade certas para liderar a ONU numa época marcada por enormes desafios, por grandes exigências e por várias incertezas.

Guterres defende que todos somos cidadãos do Mundo, que todos temos responsabilidades perante o Planeta e perante a Humanidade, que todos devemos fidelidade e respeito à Carta dos Direitos Humanos e que os estados mais prósperos têm a responsabilidade de auxiliar solidariamente os países mais pobres e de combater a pobreza e as desigualdades. Acredita na Democracia, na Liberdade, na Tolerância, nos direitos das minorias e no Estado de Direito como condições ideais para fomentar o desenvolvimento e o progresso das sociedades. E defende o multilateralismo e a cooperação como métodos de promover o concerto entre as Nações por forma a alcançar um mundo mais justo, menos desigual e mais pacífico e estável. Guterres defendeu várias vezes a necessidade de regular a Globalização económica e financeira, através da adoção de normas sociais e ambientais que beneficiem todos os povos e promovam a sustentabilidade ambiental do nosso Planeta.

António Guterres é também um político experiente que conhece profundamente os princípios e o funcionamento das Nações Unidas. O Secretário-geral da ONU compreende os riscos provocados pelo conflito entre as nossas ações do presente e a sustentabilidade do Futuro. Ao contrário de outros líderes, é um político que compreende o progresso e o

sentido da História. Concebe soluções políticas que transcendem as fronteiras nacionais. Compreende que na era da Globalização e das interdependências nenhum país está primeiro porque há problemas e desafios em que nenhum país possui a capacidade de os enfrentar e de os resolver isoladamente. A luta contra o aquecimento global e as alterações climáticas, contra os conflitos regionais e o drama dos refugiados, contra o fanatismo religiosos e o terrorismo apocalíptico, contra a criminalidade transnacional e o branqueamento de capitais, contra a desflorestação e a poluição dos oceanos, ou contra o rearmamento e a proliferação nuclear, entre outros, só pode ter sucesso recorrendo a parcerias, à cooperação e a negociações envolvendo as grandes economias mundiais e um vasto número de países.

Por todas estas razões, António Guterres é o homem certo no lugar certo numa época decisiva. Guterres é uma daquelas raras personalidades que nos faz ter esperança no futuro e acreditar que é possível construir um mundo melhor e mais justo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratule António Guterres pela tomada de posse como Secretário-geral da ONU, manifeste regozijo e orgulho por esse acontecimento e deseje, ainda, ao antigo primeiro-ministro, os maiores êxitos no desempenho de tão importante cargo internacional, fundamental para o futuro do nosso Planeta e da Humanidade.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao visado, à Secretaria Geral da ONU, ao Conselho de Segurança da ONU, às delegações na ONU de todos os países membros da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (CPLP); e ainda, à Presidência da República, à Presidência da Assembleia da República, ao Primeiro-ministro, às direções dos grupos parlamentares na Assembleia da República e ao Partido Socialista.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, dia 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, José San-Bento, André Bradford, José Ávila, Francisco Coelho, Francisco César e Maria Isabel Quinto

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Para uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente, no sentido de me confirmar se o Sr. Deputado Paulo Estêvão recebeu atempadamente o voto do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que sim, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não tinha reparado que tinha recebido todos os votos da bancada do Partido Socialista.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, julgo que é para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Tive a ocasião de indicar ao Partido Socialista que tinha recebido o voto.

Aliás, quando dei essa indicação que não tinha recebido o voto não me tinha apercebido que estavam todos numa capa. Não está identificado o partido e não me tinha apercebido.

Quando fiz essa chamada de atenção não foi uma chamada de atenção que pudesse ser perceptível fora desta Assembleia e também tive a oportunidade, logo que verifiquei que tinha o voto, de dar essa indicação ao Partido Socialista.

Portanto, não percebi sinceramente o sentido desta interpelação do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Maldade política!

Presidente: Estão abertas as inscrições para participação no voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD naturalmente associa-se com gosto a este voto de congratulação e tem a dizer que naturalmente o exercício por parte de qualquer cidadão português de altas funções no âmbito internacional é sempre motivo de congratulação para o Estado Português e para os portugueses em geral.

As Nações Unidas enfrentam desafios muito importantes no futuro. A situação que o Eng.º António Guterres encontra perante o desafio que agora assume é extremamente difícil, mas estamos em crer que as suas qualidades humanas e pessoais, a sua experiência política serão motivo de força para que ele possa vencer os desafios que lhe são colocados pela frente.

Já antes tínhamos aprovado nesta Casa um voto de congratulação pela sua nomeação como Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e também nos associamos ao seu percurso como político em termos

internacionais de grande relevância. Não é fácil para um português assumir a importância que António Guterres tem assumido no contexto internacional e desejamos de facto que o seu contributo, a sua experiência e a sua formação humanista possa trazer um novo ânimo ao cargo de Secretário Geral das Nações Unidas, porque de facto todos nós, como seres humanos, precisamos de pessoas deste calibre a liderar o futuro do mundo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o próximo voto de congratulação, também este apresentado pelo Partido Socialista. Refere-se às Bodas de Prata do Agrupamento 975 Rosais do CNE.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Bodas de Prata do Agrupamento 975 Rosais CNE

O Agrupamento 975 de Rosais do Corpo Nacional de Escutas, fundado pelos chefes Padre João Carlos Costa, Marília Freitas, Fernanda Oliveira, Maria Natália Cunha, Luís Cunha, Lino Freitas, Maria Margarida Miranda e João Silveira, celebrou no passado dia 17 de novembro de 2016 as suas Bodas de Prata.

Sob o lema de Baden Powell “de deixar o mundo um pouco melhor de que o encontraste”, o Agrupamento 975, iniciou atividade com 25 membros e ao longos destes anos participou nos Acarais de Santa Maria (1999), Pico (2003), Faial (2007), Terceira (2011) e Santa Maria (2015), e nos Jamborees do Pico (1993), São Jorge (1997 e 2013), Graciosa (2001), Terceira (2005) e São Miguel (2009).

Anualmente realizam várias atividades, umas diretamente relacionadas com o escutismo, como os acampamentos, os acantonamentos, as caminhadas, os jogos escutistas, outras culturais, como Cantar os Reis, ou ainda outras relacionadas com a angariação de fundos, como a realização de Feiras, Bazares e Rifas.

O Agrupamento 975 de Rosais conta atualmente com cerca de 40 membros e, no plano de atividades para o ano das suas Bodas de Prata, pretendem realizar uma exposição dos 25 anos do Agrupamento, lançar o seu Hino, promover uma tertúlia sobre o tema “Escutismo em São Jorge. Passado, Presente e, que Futuro?”, cantar os Reis, e participar no Jamboree, na Ilha do Faial.

São 25 anos de história que enchem de orgulho todos os seus membros, os Rosalenses e todos os Jorgenses, pela qualidade do trabalho desenvolvido e pela dedicação colocada ao longo dos anos ao serviço do escutismo, promovendo os seus valores e princípios na sociedade Jorgense.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que os atuais dirigentes e membros do Agrupamento se sintam sempre motivados pela história e passado do seu agrupamento, na promoção e valorização do escutismo nos Açores e, em particular, na Ilha de São Jorge.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 16 de fevereiro de 2017, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Agrupamento 975 Rosais ter celebrado as suas bodas de prata no dia 17 de novembro de 2016.

Esta congratulação é extensiva a todos os dirigentes, membros, chefes e escutas que ao longo destes últimos 25 anos dedicaram o seu tempo, o seu trabalho e empenho em prol da sua coletividade, mas acima de tudo em prol de uma melhor sociedade na Ilha de São Jorge.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Agrupamento 975 Rosais e à Assembleia Municipal de Velas.

Horta, 16 de fevereiro de 2017.

Os Deputados, André Rodrigues e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto de congratulação, manifestando e considerando que o lema “deixar o mundo um pouco melhor do que o que encontre” é de facto um slogan atual, adequado e motivador a todos os

jovens guiados pelos seus dirigentes, membros e chefes escutas que têm colaborado com este agrupamento.

Este lema deverá continuar a contribuir de forma positiva para a promoção e valorização de atividades de escutismo que obviamente contribuem de forma favorável ao desenvolvimento de uma sociedade melhor e como tal terá todo o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 50 anos da Casa de Saúde do Espírito Santo. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, haja saúde:

Voto de Congratulação

50 anos da Casa de Saúde do Espírito Santo

“Acolhemos, cuidamos e reabilitamos, unindo ciência e caridade”.

É este o lema que orienta a missão da Casa de Saúde do Espírito Santo, na Ilha Terceira, instituição que presta “cuidados diferenciados e humanizados em saúde”, em especial saúde mental e psiquiatria.

Foi fundada em 1967, pela Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, numa iniciativa que constituiu um passo na dignificação do tratamento da doença mental nas mulheres.

Orienta-se por um modelo holístico, assente no respeito pela individualidade e sensibilidade do utente, em particular na pessoa que sofre, promovendo uma relação humana que fortaleça a mútua compreensão, ajuda e partilha.

Foi seu primeiro diretor clínico, Hélio Flores Brasil, médico pioneiro na assistência psiquiátrica às mulheres com doença mental.

Mais de 3200 utentes foram cuidadas na Casa de Saúde do Espírito Santo. Atualmente, lá se tratam 160 utentes, na sua maioria da ilha Terceira, mas também das ilhas dos grupos central e oriental.

Com um projeto de trabalho também focado na redução do estigma sobre a doença mental esta instituição tem realizado um trabalho de proximidade com a comunidade, obtendo resultados notáveis.

O Grupo Parlamentar do PSD AÇORES propõe um voto de congratulação à Casa de Saúde do Espírito Santo por significar um marco no tratamento da saúde mental na Ilha Terceira.

Que do presente voto se dê conhecimento aos responsáveis da instituição e à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Horta, sala das sessões, 16 de fevereiro de 2016

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e César Toste

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se convictamente a este voto apresentado pelo PSD.

Estas instituições, as Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus e os Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus têm tido um papel importantíssimo, fundamental, historicamente reconhecido na prestação de cuidados no âmbito da saúde mental.

São instituições que para além desse papel, como digo reconhecidamente histórico, têm procurado adequar-se à modernidade da intervenção em saúde mental, tem procurado acompanhar os tempos e isso é reconhecido quer pelos doentes que usufruem daqueles serviços, quer pelos seus familiares, quer pelos técnicos que ali trabalham, quer pelos trabalhadores destas instituições.

Portanto, consideramos que é muito relevante a apresentação deste voto ao qual, como digo, nos associamos com muito agrado, parabenizando a referida instituição.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao vencedor do prémio internacional VdAcademia, Tiago Cabral.

É apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Tiago Cabral – Vendedor do Prémio Internacional VdAcademia

No passado dia 30 de janeiro, foram conhecidos os vencedores do “Prémio Internacional VdAcademia 2016”, uma iniciativa promovida anualmente pela sociedade de advogados Vieira de Almeida & Associados, em parceria com a editora Almedina, através da Associação VdAcademia.

O Prémio, que em 2016 decorreu sob o tema “*O princípio da hierarquia das fontes do direito e as suas consequências*” destinada a estudantes de Direito provenientes de Universidades de Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Congo, Gabão, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste, consiste na apresentação de um estudo de investigação jurídica que visa incentivar o esforço e premiar o mérito no meio académico.

A iniciativa existe desde 2010, sendo que em 2013 adquiriu uma dimensão internacional que abrange hoje cada vez mais países lusófonos.

A Tiago Sérgio Alves Cabral, através da apresentação de um estudo designado “*Subsídios da experiência jurídico-comparada para a superação do monismo das fontes do direito de tradição legiscêntrica*”, desenvolvido em coautoria com Rita Sousa Costa, foi-lhe atribuído o Prémio VdAcademia 2016, em *ex-aequo* com outro estudante de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Tiago Cabral é estudante da Licenciatura de Direito da Universidade do Minho, nasceu na ilha de Santa Maria a 9 de abril de 1995, onde passou toda a sua infância e parte da adolescência, altura em que foi viver para São Miguel e em 2013, para a cidade de Braga, a fim de prosseguir os seus estudos em Direito.

Com apenas 22 anos, destaca-se do seu currículo, a publicação de 3 artigos científicos, encontrando-se em vias de publicação mais dois artigos, onde se inclui o relativo ao estudo premiado pela VdAcademia na sua 7ª edição, assim como o 2ª lugar, com Menção Honrosa por desempenho excepcional, obtido em 2016 no *Moot European Parliament*, sobre a “reforma da legislação europeia referente à proteção de dados pessoais”, numa iniciativa do Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU) e com apoio institucional do Parlamento Europeu.

Foi Vice-Presidente de Seminários e Conferências da “*The European Law Students' Association UMINHO*”, tendo coordenado, nessa qualidade, diversas equipas responsáveis por eventos de natureza jurídica entre 2014 e 2015, contribuindo igualmente com blogs científicos da especialidade.

Assim sendo, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do Prémio Internacional VdAcademia 2016 por parte do jovem mariense Tiago Sérgio Alves Cabral e que deste Voto seja dado conhecimento ao próprio e à respetiva universidade.

Horta, sala das sessões, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, Bárbara Chaves, André Bradford e João Vasco Costa

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é um voto de congratulação às Misericórdias dos Açores. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação Às Misericórdias dos Açores

Entre 8 de dezembro de 2015 e 20 de novembro de 2016 viveu-se o Jubileu da Misericórdia, anunciado pelo Papa Francisco que decidiu, cito:

“convocar um Jubileu extraordinário que tenha o seu centro na Misericórdia de Deus. Será um Ano Santo da Misericórdia”. As Misericórdias dos Açores, naturalmente, que também se associaram a uma tão especial celebração.

Com o presente voto, pretendemos realçar a importância das Santas Casas, não só pela sua antiguidade, mas principalmente pelo papel que desempenham na história coletiva do povo açoriano. É de todos conhecido o contributo das Misericórdias para o bem-estar da nossa população. Através dos mais variados serviços de proximidade - Apoio à Infância, à Juventude, a Adultos e a Idosos – marcam a diferença nas localidades em que se inserem.

A sua Missão desenvolve-se em áreas que vão desde a ação social, a inserção, a educação, a formação, a saúde e a reabilitação. Constituem-se, por esta via, num dos principais empregadores e parceiros do Governo dos Açores, ao serem um dos rostos da solidariedade organizada na Região. Com a partilha dos seus Valores, as Misericórdias contribuem para tornar a sociedade mais humana e mais inclusiva.

Pela atividade que desenvolvem - algumas há mais de 500 anos como é o caso da Misericórdia de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória – pelo que fazem e pelo potencial que encerram para o desenvolvimento dos Açores, o Partido Socialista apresenta um voto de louvor à URMA – União Regional das Misericórdias dos Açores – e, através dela, a todas e a cada uma das vinte e três Misericórdias distribuídas de Santa Maria ao Corvo, a saber: Vila do Porto, Maia, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Ponta Delgada, Santo António da Lagoa, Santa Cruz e Praia da Graciosa, São Sebastião, Altares, Angra do Heroísmo,

Praia da Vitória, Velas e Calheta de São Jorge, Horta, Lajes, Madalena e São Roque do Pico, Santa Cruz e Lajes das Flores e Corvo.

Destaca-se ainda todos os voluntários e funcionários que contribuem, nas nove ilhas dos Açores, para que estas continuem a ter uma atividade regular e a dar resposta às necessidades dos Açorianos. Àqueles que abnegadamente dedicam do seu tempo à gestão das Misericórdias, uma palavra final de reconhecimento pela disponibilidade que demonstram em relação à causa pública.

Que o Jubileu da Misericórdia tenha sido um momento de reflexão para que se continue a valorizar o seu inestimável contributo, por forma a que mantenham sempre o bem-estar dos seus utentes e daqueles que mais precisam do seu apoio.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de 16 de fevereiro de 2017, emita o seguinte voto de saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo trabalho desenvolvido pelas Misericórdias dos Açores, agora que termina o Ano Jubilar da Misericórdia.

Do presente voto deve ser dado conhecimento às 23 Misericórdias dos Açores e à União Regional das Misericórdias dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, Maria Quinto, André Bradford, Maria de Fátima Ferreira, António Toste, Mónica Rocha e Francisco Coelho

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD obviamente que se associa de forma convicta, empenhada com este voto de congratulação às Misericórdias dos Açores.

Obviamente que estas instituições sendo um dos principais rostos de solidariedade organizadas na Região têm um papel em várias áreas sectoriais que são mesmo essenciais para o desenvolvimento da Região.

Queremos aqui saudar, como foi dito pela Deputada Isabel Quinto, os seus funcionários, os seus voluntários que têm um papel essencial no dia a dia destas instituições.

Por isso, o PSD, volto a afirmar, congratula-se com este voto.

Muito obrigada.

Deputados Luís Maurício (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação aos jovens açorianos que conquistam medalhas de excelência no Campeonato Europeu de Profissões, EuroSkills, 2016.

É apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Jovens Açorianos conquistam Medalhas de Excelência no Campeonato Europeu de Profissões – EuroSkills 2016

Os Campeonatos das Profissões são competições dirigidas a jovens entre os 17 e os 25 anos, que concluíram ou se encontram a frequentar um percurso de qualificação, em modalidades de educação e formação profissional. Estas provas visam demonstrar o nível individual de competências, rigor e domínio de técnicas e de ferramentas para o exercício de cada profissão a concurso.

Os campeonatos têm lugar de dois em dois anos e reúnem os classificados com as melhores pontuações na fase de pré-seleção, que disputam entre si o título de campeão nacional em cada profissão.

Posteriormente, os campeões da fase nacional candidatam-se a uma participação nos Campeonatos Europeu e Mundial das Profissões, organizados, respetivamente, pela WorldSkills Europe e pela WorldSkills International.

Os jovens representantes dos Açores, no Campeonato Nacional das Profissões que decorreu de 22 a 27 de maio em Coimbra, arrecadaram 7 medalhas de ouro, 5 de prata e 2 de bronze, numa competição que reuniu mais de 400 concorrentes de todo o país.

No total, entre os 16 representantes da Região no Campeonato Nacional das Profissões, 14 conquistaram medalhas que distinguiram as suas prestações.

Dos 7 açorianos com medalhas de ouro a nível nacional, 4 participaram no EuroSkills 2016, que decorreu em Gotemburgo, na Suécia, de 1 a 3 de dezembro, e que contou com a presença de mais de 500 jovens, de cerca de três dezenas de países, naquela que é a maior competição de profissionais e o maior evento de formação profissional a nível europeu.

Luís Tadeu Espínola Vieira, natural da ilha Graciosa, e Pedro Miguel Medeiros Carreiro, natural de São Miguel, representaram Portugal na área de Gestão de Redes Informáticas.

Rodrigo Bettencourt Lima Farias e Filipe Vasconcelos, ambos naturais da ilha de São Miguel, foram os representantes nas áreas de Eletricidade de Instalações e Web Design, respetivamente.

Luís Vieira, Pedro Carreiro e Rodrigo Farias foram os três açorianos que arrecadaram a medalha de excelência, que é concedida unicamente aos concorrentes que conseguem mais de 500 pontos nas suas provas, sendo, por isso, considerada como o título europeu em cada uma das mais de 50 profissões a concurso.

Estes resultados orgulham a nossa Região e refletem todo um trabalho desenvolvido por estes jovens e professores no seio do nosso sistema de ensino profissional. Por outro lado, estes feitos são também fruto das políticas de qualificação profissional e juventude, implementadas ao longo dos últimos anos nos Açores, sob a orientação dos Governos do Partido Socialista.

Também é notório que a criação de uma rede de escolas profissionais e a melhoria significativa do parque escolar em todas as ilhas do arquipélago foi, sem dúvida, uma aposta assertiva no ensino, que nos últimos anos formou milhares de jovens, altamente qualificados nas mais diversas

áreas, tornando esta saída profissional viável e fundamental para a nossa Região.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de fevereiro, emita o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, congratula os três jovens açorianos pela conquista de Medalhas de Excelência no Campeonato Europeu de Profissões – EuroSkills 2016.

Esta congratulação é extensiva a todos os jovens participantes no referido campeonato, bem como aos seus formadores e professores, que, apesar das adversidades, sempre acreditaram nas suas competências e no seu real valor, tornando-se assim um exemplo para todos os jovens açorianos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos jovens referidos e às respetivas Escolas Profissionais.

Horta, Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2017.

Disse.

Os Deputados, Ricardo Ramalho e André Bradford

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes isto que outras coisas!

Obviamente que o PSD não podia deixar de se associar mais uma vez a um voto como este, mas gostaria aqui de salientar mais do que os

resultados três medidas de atuação que considero essenciais: primeiro, o estímulo à participação destes jovens, que é aquilo que considero essencial; segundo, o facto de poderem contribuir para levarmos o nome da Região fora de portas; e então, em terceiro, os resultados alcançados que são inegavelmente positivos e favoráveis não só aos jovens, mas também a todos os professores e todos aqueles que têm contribuído para a formação destes jovens.

Resta-nos desejar que esta valorização ao nível do ensino profissional continue a dar frutos mais uma vez não só aos jovens, mas a todas as famílias, a todos aqueles que têm contribuído no percurso favorável destes jovens, que são considerados jovens de talento e jovens de sucesso na área da educação.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 150 anos da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

150 anos da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada

A Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada (ASMPDL) foi criada em 6 de janeiro de 1867, tendo como seu primeiro presidente o Dr. António Alberto Pinheiro de Barros, prior da matriz de Ponta Delgada.

É uma Associação sem fins lucrativos, na senda do Mutualismo, ou seja, encontra as suas raízes no movimento de solidariedade e previdência, tendo por objetivo “proteger o homem e a família na integridade do seu desenvolvimento, como ser humano e social”.

A Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada é, pois, uma instituição que desenvolve uma atividade voluntária e existe, nas palavras do Professor Teixeira Dias, “para resolver situações de dificuldade, de carência de bens materiais necessários ao desenvolvimento da própria vida”.

São cerca de quatro mil e seiscentos o número de associados da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada, abrangendo ainda cerca de seis mil e quatrocentos familiares.

Uma das preocupações máximas desta Associação, desde a sua fundação, foi o fornecimento de medicamentos, como corolário da prestação de cuidados de saúde.

Hoje, a Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada conta com a colaboração de vinte e nove funcionários nas suas duas valências, a Farmácia e o Centro Médico.

Aos seus associados a Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada concede benefícios, tais como consultas nas diversas especialidades da medicina, exames complementares de diagnóstico, serviços de enfermagem e comparticipação medicamentosa.

Para além da prestação de benefícios aos seus associados, a Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada desenvolve ação benemérita junto das populações mais carenciadas no concelho de Ponta Delgada, através das suas valências dedicadas á área da Saúde.

Assim e de acordo com as disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à aprovação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um voto de congratulação pelos cento e cinquenta anos da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada, do qual deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais desta mesma Associação.

Tenho dito.

Horta, Sala das Sessões Plenárias, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Maria João Carreiro

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de congratulação pelos 150 anos de vida da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada, felicitando os seus mais de 4.600 associados e os seus dirigentes pelo trabalho meritório que esta associação tem feito em benefício dos seus associados e outras ações beneméritas.

À Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada pela sua importância na organização e prestação de serviços associativistas à comunidade do concelho de Ponta Delgada, nomeadamente na área da saúde, desejamos os maiores sucessos nas suas missões e felicitando-a votamos a favor deste voto de congratulação.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação pelas Bodas de Prata da Confraria do Queijo de São Jorge e conquista de prémios de qualidade a nível nacional.

É apresentado pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Bodas de Prata da Confraria do Queijo São Jorge e conquista de prémios de qualidade a nível Nacional

A Confraria do Queijo São Jorge, uma entidade sem fins lucrativos, tem como seu principal objetivo a defesa, a promoção e a dignificação do termo Denominação de Origem Protegida Queijo São Jorge (DOP), bem como da Região Demarcada onde é produzido o leite utilizado no queijo. A Confraria celebrou no passado mês de novembro, 25 anos de vida dedicados ao serviço do principal setor produtivo da Ilha de São Jorge.

Foi constituída por escritura pública, a 22 de novembro de 1991, tendo sido reconhecida como o Organismo Privado de Controlo e Certificação do Queijo São Jorge – DOP, a 22 de novembro de 1994, por nomeação do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas. É responsável por proceder, de acordo com as normas e regulamentos aplicáveis, à certificação e controlo dos queijos produzidos pelos produtores da Região Demarcada.

O processo de certificação do Queijo São Jorge – DOP é realizado através de prova sensorial, e para tal a confraria dispõe de um painel de provadores, devidamente qualificado e treinado. O processo de controlo é feito principalmente através de auditorias e análises periódicas às três cooperativas produtoras de Queijo São Jorge.

No dia 19 de agosto de 2016, a Confraria do Queijo São Jorge, foi acreditada pelo Instituto Português de Acreditação, segundo os novos referenciais, estando esta motivada, e empenhada, na execução de uma adequada manutenção do seu sistema de acreditação, de modo a garantir a

máxima qualidade na realização das suas tarefas, tendo sempre como principal objetivo a preservação do produto de excelência, que é o Queijo São Jorge - DOP.

São 25 anos de história, de trabalho e de empenho na preservação e promoção da elevada qualidade do Queijo São Jorge – DOP, motivo de orgulho para os jorgenses e para a Região Autónoma dos Açores.

No final do ano de 2016, o queijo Lourais, da Cooperativa Agrícola de Lacticínios dos Lourais, conquistou o primeiro prémio, na categoria Ilha, na oitava edição do Concurso de Queijos de Portugal, concurso de referência que premeia, todos os anos, o que de melhor se faz na área da indústria de lacticínios. O queijo Beira e o queijo Topo também foram premiados, na mesma categoria, com uma menção honrosa.

Por sua vez, o queijo São Jorge DOP 12 meses foi distinguido no *Great Taste Awards Portugal* com o prémio 3 estrelas, pela sua qualidade excecional, permitindo a sua promoção junto de profissionais e consumidores, contribuindo para projetar ainda mais a sua notoriedade como produto único e de excelência. O queijo São Jorge DOP 7 meses também foi distinguido com o prémio 1 estrela.

Ao longo da história, o queijo São Jorge soube percorrer o seu caminho de fabrico de um produto de referência nacional e internacional e os recorrentes, e constantes, prémios de qualidade são motivos de satisfação e de orgulho para todos os Jorgenses e Açorianos, o que nos permite concluir, que o coração das unidades de transformação, as salas de produção, continuam a responder e a honrar a longa história do queijo São Jorge.

Permite, de igual modo, constatar que o percurso necessário da reestruturação das unidades de transformação, para cumprir as exigências

do mercado alimentar, da certificação, do controlo de qualidade e dos desafios da comercialização, e distribuição, não vieram alterar a qualidade deste produto de excelência e de sabor único.

Face aos novos desafios com que o queijo de São Jorge se confronta, é necessário continuar a garantir a qualidade do leite, a qualidade e a eficiência das salas de produção, uma gestão eficiente de forma a garantir os níveis de confiança de todos, e redobrar esforços na comercialização.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 16 de fevereiro de 2017, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da Confraria do Queijo de São Jorge ter celebrado as suas bodas de prata em novembro de 2016 e pelo facto do Queijo de São Jorge ter conquistado prémios de qualidade a nível nacional.

Esta congratulação é extensiva a todos os confrades, funcionários, dirigentes que ao longo destes últimos 25 anos dedicaram o seu trabalho e empenho em prol da qualidade do Queijo São Jorge, mas acima de tudo em prol do desenvolvimento socioeconómico e cultural da Ilha de São Jorge.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Confraria do Queijo São Jorge, à Direção e Assembleia Geral da UNIQUEIJO, às Assembleias Municipais de Velas e Calheta.

Horta, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, André Rodrigues e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente na ausência do Deputado António Pedroso eleito pelo PSD na ilha de São Jorge, que muito gostaria de se congratular com este voto, eu fá-lo-ei em nome da bancada parlamentar do PSD.

Congratulamo-nos com tudo aquilo que promove os Açores e o promove de forma excelente e o queijo de São Jorge é bem um exemplo da excelência daquilo que se produz nos Açores e promove a imagem dos Açores.

Neste sentido não restam dúvidas relativamente à congratulação do PSD pelas Bodas de Prata da Confraria do Queijo de São Jorge, congratulando também todos aqueles, desde os produtores de leite, a todos os trabalhadores envolvidos na confeção deste produto de excelência pelos 25 anos da Confraria que certifica o produto de excelência dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Partido Socialista e refere-se aos 100 anos da Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

100 anos da Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense

São 100 anos de excelência, 100 anos de União e de Progresso, 100 anos ao serviço da cultura, 100 anos de muitos desafios, 100 anos a nos dar música e de grande qualidade.

O Centenário da Filarmónica União e Progresso, assinalado no passado dia 15 de janeiro, é um marco histórico na cultura de um povo, da cultura do concelho da Madalena, da ilha do Pico e dos Açores e é, por isso, aqui justamente reconhecido.

São muitos anos de grandes desafios vencidos, de obra feita, física e intelectual, de persistência e motivação só ao alcance dos mais fortes, dos mais resistentes, dos que abdicam de boa parte da sua vida particular para se dedicar às coletividades. Essa é a maior parte da história da União e Progresso, história dos seus órgãos sociais, dos seus maestros e músicos, das suas famílias.

As filarmónicas são verdadeiras sociedades e instrumentos de inclusão social, escolas da vida, onde o respeito e união entre os mais novos e os menos novos é ímpar. Entre eles entrelaçam-se similitudes e diferenças

como em mais lado nenhum. São, por isso, fonte de inspiração para toda a sociedade civil.

Com um percurso social e artístico cheio de sucessos, da criação de pontes constantes de cidadania, com a nossa diáspora e não só, onde famílias inteiras fazem da União e Progresso a sua casa, tocando e assumindo a liderança da Sociedade. Aqui é justo realçar a sabedoria que tem presidido aos órgãos sociais, que têm sabido passar o testemunho de geração em geração, que têm sabido juntar tantas vontades e ultrapassar tantas dificuldades, até atingir a qualidade musical que, neste momento histórico, manifesta tão claramente. Reforça-se igualmente o importante e decisivo contributo que o presidente cessante - Paulo Jorge Marcos - deu à instituição na última década, pela sua dedicação e pelo seu amor à casa e à causa desta sociedade centenária, que tem sido muito mais do que uma casa de ensaio, embora isso também seja fundamental, para ser a sala de visita e a sala de muitas manifestações e convívios sociais e culturais da ilha do Pico.

Com a imprescindível União e com o constante Progresso verificado na sua longevidade, esta filarmónica marcou a nossa vida, a do concelho, a da ilha e dos Açores e fazemos votos que continue por muitos e longos anos, a espalhar a arte e cultura, a solidariedade e civilidade, com a dinâmica que nestes primeiros 100 anos nunca lhe faltou.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 16 de fevereiro de 2017, emita o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo centenário da Sociedade Filarmónica União e

Progresso Madalense e pelo insofismável contributo que tem prestado à comunidade picarota e açoriana através do seu relevante papel cultural e social.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção da Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense e ao Município da Madalena.

Horta, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, Miguel Costa, Mário Tomé e André Bradford

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação, também referente aos 100 anos da Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense, desta feita apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Filarmónica União e Progresso Madalense

A Sociedade Filarmónica União e Progresso Madalense, fundada em 15 de janeiro de 1917, na Vila da Madalena, tem desenvolvido ao longo da sua existência uma atividade musical que tem prestigiado o concelho da Madalena, a Ilha do Pico e a Região Autónoma dos Açores.

As inúmeras deslocações efetuadas pelas Ilhas da Região a Portugal Continental, aos Estados Unidos da América, Canadá e Brasil, levando bem longe o retrato dos nossos usos e costumes, e bem assim a divulgação do nosso Concelho e Região, constituem um marco importante na história desta Sociedade Filarmónica.

Ao longo dos anos tem sido desenvolvido um trabalho junto dos jovens, não só pelo ensino da música, através da sua escola, mas também no bom espírito de convivência e respeito intergeracional, que constituem a base educativa da sociedade.

Nestes primeiros cem anos a sua sede social representou para a Madalena e para toda a comunidade, em muitas situações, a sua sala de visitas, proporcionando cada vez melhores espaços para organização de eventos culturais, reuniões, convívios e divertimento para todos.

Fazer a homenagem ao centenário da Filarmónica União e Progresso é fazer também homenagear a todos quantos, como dirigentes, colaboradores ou músicos, construíram uma instituição que representa também ela a “UNIÃO” e o “PROGRESSO” da sua terra, a Madalena.

A existência de Filarmónicas nos Açores continua a ser fundamental para a união da sociedade, representando a dinâmica da sociedade, como centro de divulgação e promoção cultural.

O sinal mais importante dessa força é a forma carinhosa e cuidada como consideramos cada uma destas instituições.

Foi bonito, foi muito bonito e comovente, apreciar o nível de comemoração, o respeito e a homenagem coletiva que a comunidade e os políticos, ao longo de um ano, desenvolveram em respeito pela memória da instituição.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais, o grupo parlamentar do PSD/Açores propõe um voto de congratulação pela passagem do centenário da Filarmónica União e Progresso Madalense, dando conhecimento à Direção da instituição e à Câmara Municipal da Madalena.

Horta, sala das sessões, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Marco Costa

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se a Tiago Rodrigues que se sagrou campeão nacional de séniores em judo.

Este voto é apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Tiago Rodrigues sagra-se Campeão Nacional de Seniores

Decorreu no passado dia 3 de dezembro, em Odivelas, a competição mais importante do contexto do Judo Nacional, o Campeonato Nacional de Seniores “Jogos Santa Casa” 2016, onde participaram mais de 149 atletas distribuídos por 13 categorias de peso, tendo sido o Judo Clube de São Jorge representado pelos atletas Tiago Rodrigues, Moisés Soares, Rui Azevedo, Nuno Pereira, e pela atleta Lorryna Costa. Como árbitro da prova também esteve um dos atletas do Judo Clube São Jorge, Pedro Soares.

Tiago Rodrigues conquistou, pela terceira vez consecutiva, o título de Campeão Nacional Sénior de Judo, na categoria de -90 quilos, alcançando mais um feito, motivo de orgulho para a nossa Região, projetando novamente o nome do seu Clube, da sua Ilha São Jorge e dos Açores no topo do Judo Nacional. Destaque também para a atleta, Lorryna Costa, que na categoria de - 48 quilos, conquistou a medalha de bronze, trazendo assim mais uma medalha do Judo Nacional para os Açores.

Tiago Rodrigues terminou assim, da melhor forma possível, o ano de 2016, conquistando o seu oitavo título nacional.

Em 2016 já tinha conquistado a medalha de bronze, no *American Open* de Santiago de Chile, em março (que lhe garantiu o apuramento para o Europeu de Seniores, que se realizou em Kazan na Rússia, em abril) e a medalha de bronze, na Taça Internacional KK, em outubro, premiando todo o seu trabalho, dedicação, empenho e disciplina com que encara a prática da modalidade desde os 6 anos de idade.

A conquista do 3º lugar no *African Open* da Tunísia, o 9º lugar no Campeonato da Europa de Seniores, e o 5º lugar no *Grand Slam* de Baku pelo atleta Carlos Luz, o 2º lugar pela atleta Lorryna Costa e o 3º lugar pelo atleta André Soares na Taça Internacional KK 2016, são exemplos de outros resultados nacionais e internacionais que projetaram o nome de São Jorge e dos Açores no mundo do Judo ao longo do ano de 2016, motivo de orgulho para os Jorgenses e Açorianos.

O Judo Clube São Jorge conta com 12 classes de treino, 202 atletas federados, onde se inclui pela primeira vez na história da modalidade nos Açores, a abertura de 2 núcleos de desporto adaptado, inserido num projeto nacional intitulado “Ippon à exclusão”, sendo esta oferta desportiva a esta população uma das suas grandes vitórias de 2016.

Todo este percurso e trabalho do Judo Clube de São Jorge deverá ser potenciado com a conclusão da construção do centro de treino dedicado ao Judo, na ilha de São Jorge, onde estão a ser criadas condições de excelência para a preparação dos melhores atletas regionais, mas também para acolher a realização de estágios de preparação de equipas e seleções nacionais ou estrangeiras ao mais alto nível.

Estes resultados de excelência devem continuar a inspirar todos os envolvidos para um caminho de sucesso ao nível do alto rendimento, mas também deve potenciar o desenvolvimento sustentável de atividades desportivas e sociais, ao nível da formação de base e do desporto para todos, em São Jorge e nos Açores.

Para finalizar, realçar ainda, que no passado dia 12 de fevereiro, em Odivelas, os atletas do Judo Clube S. Jorge conquistaram mais quatro medalhas para o Judo Regional, três de ouro, pelos atletas André Soares, Tiago Rodrigues e Lorryna Costa, e uma de prata por Moisés Soares.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 16 de fevereiro de 2017, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Atleta do Judo Clube São Jorge, Tiago Rodrigues ter-se sagrado campeão nacional de seniores na categoria de -90 quilos no ano de 2016.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos e dirigentes do clube, que desenvolvem um trabalho de excelência, projetando o nome de São Jorge e da Região Autónoma dos Açores no topo do Judo Nacional.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao atleta Tiago Rodrigues, ao Clube, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores e à Federação Portuguesa de Judo.

Horta, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, André Rodrigues e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD com todo o desportivismo que lhe é conhecido associa-se obviamente a este voto de congratulação, aproveitando também para felicitar publicamente o judoca Tiago Rodrigues, assim como todos os atletas, técnicos e dirigentes que diariamente contribuem para que o Tiago possa treinar, evoluir e melhorar a sua performance.

Todo este percurso demora imenso tempo a ser construído, exige dedicação, empenho e compreensão não só do Tiago, mas de todos aqueles que lhe são próximos, pelo que espero que a tutela esteja sensibilizada e alertada para todas as dificuldades que surgem no percurso de alto rendimento e que possam ajudar não só o Tiago, mas também todos os jovens da Região que se encontram no mesmo caminho.

Reforçamos também a necessidade da construção do centro de alto rendimento dedicado ao judo previsto para a ilha de São Jorge, o impacto positivo que poderá ter na formação de outros jovens talentos semelhantes e com o exemplo do Tiago.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer agora um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos começar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 57 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos, nomeadamente a apresentação dos votos.

O próximo voto é de saudação aos 50 anos do Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa contra o Cancro.

É apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de saudação

50 anos do Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro

A Liga Portuguesa Contra o Cancro, que assinala 75 anos de existência, destaca-se no combate ao cancro em todo o território nacional. Para além do apoio ao doente oncológico e à sua família, a instituição promove ações de prevenção e incentiva à formação e investigação em oncologia.

Nos Açores o Núcleo foi fundado em Angra do Heroísmo em 1966 e hoje em dia conta com delegações em Ponta Delgada e aqui na Horta. Nos primeiros tempos a prioridade passou por angariar fundos para implementar na Região um Centro Anticanceroso. O objetivo foi conseguido, no início dos anos 80, com a criação do Centro de Oncologia dos Açores Prof. Doutor José Conde.

Importa sublinhar que este centro, que está integrado no Serviço Regional de Saúde dos Açores, coordena atualmente os Rastreios do Cancro da Mama, do Colo do Útero, do Cólon e o Reto.

Apesar dos desafios que impõe a dispersão geográfica dos Açores, o Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro “nunca

deixou de levar à população açoriana em geral e ao doente oncológico em particular o espírito e missão da Liga”.

Uma pedra basilar para o desempenho do Núcleo dos Açores tem sido o contributo e empenho dos voluntários, “a começar pelos membros de todos os órgãos sociais da instituição” até aos “vários movimentos de voluntariado existentes”.

Promover o voluntariado e a solidariedade dos açorianos para com os doentes oncológicos e as famílias continua a ser um desafio para o Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Um desafio que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista acredita que será bem-sucedido tendo em conta que os açorianos são reconhecidamente solidários.

O combate a esta doença, que atinge todos os setores etários, sociais e geográficos da sociedade, é uma prioridade para todos pelo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida na sessão plenária de fevereiro, a aprovação de um Voto de Saudação pelos 50 anos do Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de 16 de fevereiro de 2017, emita o seguinte voto de saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela comemoração dos 50 anos do Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro. A saudação é extensiva aos seus corpos gerentes, colaboradores e voluntários.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Liga Portuguesa Contra o Cancro e ao Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Horta, Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, Isabel Quinto, André Bradford, Maria de Fátima Ferreira, António Toste, Mónica Rocha e Francisco Coelho

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é também referente aos 50 anos do Núcleo Regional da Liga Portuguesa contra o Cancro.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50 anos do Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro

A doença oncológica atinge cada vez mais pessoas e tem uma taxa de sobrevivência cada vez maior.

É nesse misto de tristeza e esperança que o Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro prova, a cada dia que passa, a mais valia do seu trabalho.

Foi há cinquenta anos que, nos Açores, este núcleo se assumiu como uma entidade de referência no apoio ao doente oncológico e família, na promoção da saúde, na prevenção do cancro e no estímulo à formação e investigação em oncologia.

Nos dias de hoje o núcleo dedica-se igualmente a enfatizar a importância do papel do voluntariado, bem como despertar a comunidade para as iniciativas que fomentem a solidariedade e enriqueçam a humanização dos cuidados em oncologia.

O núcleo regional da LPCC conta atualmente com cerca 1.000 voluntários, tendo, para além da sede na ilha Terceira, delegações nas ilhas de São Miguel e do Faial.

Presta apoio social aos doentes oncológicos em alimentação, medicação e produtos associados à doença, consultas de psico-oncologia e movimentos de entreajuda.

Apoia a investigação e formação em oncologia, a participação de profissionais de saúde em ações de formação e atribui bolsas de investigação.

E atua como primeiro agente da linha da prevenção promovendo programas de educação para a saúde e divulga o Código Europeu Contra o Cancro.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD AÇORES propõe um voto de congratulação ao Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro pelo trabalho único de aproximar os açorianos num lema – CONTRA O CANCRO TODOS CONTAM.

Que do presente voto se dê conhecimento aos órgãos regionais e nacionais da Liga Portuguesa contra o Cancro.

Horta, sala das sessões, 16 de fevereiro de 2016

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e César Toste

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação pelos 50 anos da fundação da Sociedade Recreativa da Vitória.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Pelos 50 anos da fundação da Sociedade Recreativa da Vitória

A 1 de janeiro de 1967, no lugar de Vitória, freguesia de Guadalupe, concelho de Santa Cruz da Graciosa, davam-se os primeiros passos para a fundação da Sociedade Recreativa da Vitória.

Apesar dos árduos afazeres agrícolas onde predominava a cultura de cereais e do vinho, numa época em que o único meio de comunicação era

a rádio, as populações sentiam a necessidade de um ponto de encontro onde pudessem conviver aos domingos, nas longas noites de inverno, de forma a esquecer um pouco as amarguras da vida.

Essa vontade empreendedora nesse dia 1 de janeiro levou a que um grupo se unisse com a finalidade de elaborar os estatutos e delinear as linhas de ação da coletividade, destacando-se entre outros Domingos da Silva, João Bettencourt, Luís Oliveira, Agnelo Gil e Manuel Silva.

Inicialmente a coletividade funcionou numa casa alugada onde os locais se juntavam para jogos de cartas, para ouvir histórias e as notícias que vinham do exterior através da rádio.

Por altura do carnaval, os exímios tocadores de viola da terra e cantadores reuniam-se na sede, para dar azo às tradições carnavalescas, fazer os tradicionais bailes de roda e danças de Carnaval.

Apesar das dificuldades, o sonho não se desvaneceu, e ter uma casa própria era um objetivo primordial.

No início da década de oitenta foi lançada a primeira pedra e assim foi-se realizando o sonho coletivo de erguer a sede social, moderna e que fosse ao encontro das necessidades da coletividade, que viria a ser inaugurada em 1989.

Com as novas condições, as atividades foram surgindo em maior quantidade, e foi no mesmo ano da inauguração que surgiu o Rancho Folclórico Juvenil da Vitória, orientado por Carlos António Oliveira, que também foi dirigente destacado desta agremiação, e que infelizmente já não se encontra entre nós.

Atualmente a Sociedade Recreativa da Vitória continua a ter um papel preponderante no panorama social, recreativo e cultural da Ilha Graciosa, disponibilizando a sua ampla sede social aos seus associados para as mais diversas atividades, bem como na organização de eventos das mais variadas naturezas, destacando se na participação, com fantasias de grupo na “Semana de Carnaval”, organizada pelo Município de Santa Cruz da Graciosa.

Recentemente, no âmbito do programa Açores Ativos, a agremiação fundou uma equipa de futsal para participar no referido torneio, abrangendo também a atividade desportiva.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece o importante papel que as agremiações culturais, recreativas e desportivas desempenham no panorama social da Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de 16 de fevereiro de 2017, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela comemoração do quinquagésimo aniversário da Sociedade Recreativa da Vitória. Esta saudação é extensiva aos seus corpos gerentes e associados.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Sociedade Recreativa da Vitória, à Junta de Freguesia de Guadalupe, à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2017

Disse.

Os Deputados, Manuel Ramos, José Ávila, Ricardo Ramalho e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD congratula-se pela passagem dos 50 anos da Sociedade Recreativa da Vitória.

Nesta congratulação deve ainda ser mais exequível, pois apesar de muitas dificuldades esta sociedade recreativa está a funcionar, tem uma direção jovem e dinâmica, o que nos apraz registar.

Neste sentido, fazemos votos para que a passagem destes 50 anos, desde a sua fundação, sirvam de inspiração e motivação para que a jovem direção eleita em dezembro de 2015, com a presidência de Luís Correia, tenha sucesso e continuidade na atividade desta instituição.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é referente aos feitos alcançados no Campeonato do Mundo de Kickboxing pelo atleta André Pereira.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

André Pereira

André Filipe Soares Pereira, filho de Nelson César Oliveira Pereira e de Sandra Isabel Soares Pereira, natural da freguesia de Santa Cruz, cidade de Lagoa, é um jovem de 17 anos, tendo-se consagrado campeão mundial em semi-contact (-59kg) e vice-campeão mundial na disciplina de light contact (-59kg), no Campeonato do Mundo de Kickboxing, que se realizou, na cidade de Andria em Itália, no final de 2016.

Apesar de muito jovem, este atleta que é praticante da modalidade há 7 anos, já possui um vasto registo de vitórias, designadamente como campeão de S. Miguel seis vezes consecutivamente entre 2011 e 2016, bicampeão nacional em 2015 e 2016, atingindo agora o reconhecimento e consagração internacionais do seu mérito desportivo.

A par dos seus invulgares resultados desportivos, o jovem André Pereira mantém a sua atividade académica, frequentando o 12º ano, na área de línguas e humanidades na Escola Secundária de Lagoa, pretendendo prosseguir os seus estudos.

Quer pelos seus resultados desportivos, quer pela sua atividade académica, quer ainda pela sua simplicidade e atitude, o jovem André Pereira, é um exemplo para a sua geração, constituindo ainda uma mais valia pelo seu contributo para a divulgação dos Açores a nível nacional e internacional.

Cumprimentamos o atleta e o seu Clube - Arrifes Kickboxing Club -, desejando a continuação dos maiores sucessos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pela brilhante vitória no Campeonato Mundial de Kickboxing de 2016, do qual deve ser dado conhecimento ao atleta e ao seu Clube.

Horta, Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e António Vasco Viveiros

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para informar que o Grupo Parlamentar do PS associa-se naturalmente a este voto de congratulação ao André Filipe Pereira, um jovem atleta de Kickboxing, que depois de inúmeras vitórias a nível mais regional e nacional vê agora reconhecido o seu esforço e a sua dedicação a nível internacional.

Naturalmente que nos associamos a este voto de congratulação, porque é um jovem com grande mérito e que leva o nome dos Açores e do nosso potencial além fronteiras.

Estendemos naturalmente os nossos parabéns também ao clube e a todos os atletas desse clube, o Clube Arrifes Kickboxing, desejando as melhores felicidades a todos os atletas e também ao próprio clube.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto também de congratulação refere-se à conquista do prémio cinco estrelas por parte da empresa Santa Catarina, empresa conserveira.

É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Santa Catarina conquista o “Prémio Cinco Estrelas”

A empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A, sediada na Calheta, em São Jorge, conquistou o “Prémio 5 Estrelas”. O Prémio Cinco Estrelas é uma certificação baseada na metodologia mais completa, rigorosa e

flexível do mercado, a qual resulta da avaliação que é feita por consumidores finais ou por profissionais, através do comité de avaliação, de testes de experimentação e de questionários de avaliação massificada.

Os testes são conduzidos por entidades especializadas em estudos de mercado, segundo os critérios da satisfação pela experimentação, da relação preço e qualidade, da intenção de compra, da confiança na marca e na inovação, permitindo identificar o de que melhor existe no mercado.

Herdeira da antiga tradição conserveira da ilha de São Jorge, a fábrica Santa Catarina leva até à nossa mesa o melhor atum preparado segundo os métodos artesanais usados pelos antigos mestres conserveiros, conservando o melhor da natureza, garantindo o melhor sabor do atum, bem como as suas propriedades nutritivas.

A empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A. foi identificada, em abril de 2013, como uma “marca que cria valor acrescentado para o país”, no âmbito do projeto Portugal Inspira, uma iniciativa de empreendedorismo que pretende promover marcas e produtos portugueses, sendo um dos maiores empregadores da ilha, com cerca de 130 trabalhadores, dos quais cerca de uma centena são mulheres.

A preparação do atum e das conservas, feita através das experientes mãos das mulheres da ilha, obedece às mais antigas práticas artesanais, onde a constante preocupação com a qualidade, em detrimento da quantidade, permite aos consumidores encontrar no atum Santa Catarina um produto de excelência, com o sabor único do mar dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que a empresa Santa Catarina, seus técnicos e funcionários, se sintam sempre inspirados pelo passado deste produto de excelência, certificado pela natureza, com qualidade devidamente reconhecida no mercado Nacional e Internacional.

Que encontrem sempre trilhos que permitam a inovação e a criação de valor acrescentado, num mercado cada vez mais exigente e competitivo, com o objetivo claro de alavancar o desenvolvimento da Ilha de São Jorge, promovendo a sua sustentabilidade socioeconómica e coesão territorial.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 16 de fevereiro de 2017, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A. ter conquistado o “Prémio 5 Estrelas”.

Esta congratulação é extensiva a todos os funcionários e administradores pelo trabalho desenvolvido, promovendo a qualidade e a inovação na produção das conservas de atum e que culminou com o reconhecimento da excelência dos produtos conferindo uma honra digna de ser relevada, projetando a Ilha de São Jorge e dos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Indústria Conserveira Santa Catarina, S.A. e à Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, 16 de fevereiro de 2017.

Os Deputados, André Rodrigues e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Coube-me a mim com gosto não só substituir o Sr. Deputado António Pedroso no elogio aos votos de congratulação aqui referidos, mas também com a particularidade deles serem referidos a produtos alimentares. Eu pressuponho que talvez seja pela minha evidência nutritiva que essa função tenha sido dada.

Agora a sério, eu queria naturalmente, em nome da bancada do PSD, me congratular com este voto. Mais uma vez um produto de excelência a merecer mais uma condecoração, mais um prémio, mas se me permitem queria, através desta congratulação, fazer um elogio à mulher.

Esta fábrica tem na sua esmagadora maioria mão de obra feminina.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mal paga!

O Orador: Eu queria através deste voto de congratulação elogiar todas as mulheres que trabalham nesta Região em prol dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de saudação refere-se à paisagem da cultura da vinha na ilha do Pico.

É apresentado pelo Partido Socialista e para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico

A Paisagem da Cultura da Vinha do Pico, património mundial da Unesco, foi mais uma vez distinguida, desta feita com uma menção honrosa na nona edição dos *Green Project Awards*, na categoria “Mar, Agricultura e Turismo”.

Depois de um processo muito bem conseguido de classificação pela Unesco, elevando esta singular paisagem a Património Mundial, temos uma estratégia levada a cabo pelo Governo dos Açores de valorização do nosso património natural e cultural, essencial para o desenvolvimento sustentável da Região, estratégia essa que permitiu nos últimos anos travar o estado de abandono progressivo das vinhas, bem como recuperar uma paisagem muito particular e aumentar exponencialmente a área de vinha em produção.

Este reconhecimento premeia a capacidade e esforço dos vitivinicultores da ilha do Pico, os mais antigos e os mais novos que se associaram a esta atividade, conferindo também maior notoriedade aos extraordinários vinhos que têm sido produzidos. São eles o motor de recuperação e preservação da nossa identidade cultural, transformando ou revitalizando a paisagem da ilha, dando-lhe uma nova vida que consiste numa espantosa rede de longos muros de pedra, que correm desde a costa ao

interior da ilha, em currais, canadas e jeirões, ganhando espaço de plantio e ao mesmo tempo capacidade de proteção do vento e do mar, tudo isto num harmonioso e rendilhado único no mundo.

O sucesso do sistema de apoio à reabilitação e manutenção da cultura tradicional da vinha na paisagem Património Mundial é notório e evidencia-se pelo facto da área em produção passar de cerca de 120 hectares em 2004, para mais de 750 hectares, dentro dos próximos dois anos.

Além desta evidência, a recuperação em curso associa-se a uma atividade da maior importância económica e social para a ilha, e disso mesmo têm resultado produtos com maior notoriedade, estando o ano de 2016 e o início de 2017 recheados de prémios pela elevada qualidade dos vinhos produzidos. Esses prémios vão desde o produtor revelação, à inclusão nos 10 vinhos que mais se destacaram em 2016, aos melhores vinhos brancos de Portugal, entre muitos outros, até à Comissão Vitivinícola Regional dos Açores que foi nomeada para o prémio da melhor região Vitivinícola, pela revista *Paixão pelo Vinho*. Toda esta dinâmica impulsionada pelo sector vitivinícola da ilha do Pico, todos estes merecidos galardões, proporcionaram também a candidatura que o Município da Madalena liderou junto da Associação de Municípios Portugueses do Vinho de maneira que saísse vitoriosa e fosse a Madalena eleita como *Cidade do vinho 2017*.

É o culminar de um processo extraordinariamente bem conduzido e que tem colocado o Pico e os Açores no mais alto patamar do sector vitivinícola, como já o fora em tempos históricos, até meados do século XIX, altura em que também o vinho do Pico trouxe glória e proveito para

o Arquipélago dos Açores, quando dois terços do valor dos impostos das exportações açorianas eram obtidos à custa do vinho do Pico.

Assim e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, reunida em plenário no dia 16 fevereiro de 2017, emita o seguinte voto de saudação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda os prémios obtidos recentemente pelos vinhos da ilha do Pico e todos os produtores que com o seu trabalho tornam viva a paisagem da cultura da vinha.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção Regional do Ambiente, aos três Municípios da Ilha do Pico e à Comissão Vitivinícola Regional dos Açores.

Horta, 16 de fevereiro de 2017

Os Deputados, Miguel Costa, Mário Tomé e André Bradford

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se a este voto de saudação. Aliás, parte do seu conteúdo é comum ao voto de congratulação que vamos apresentar pela conquista da *Madalena, cidade do vinho 2017*, mas gostaríamos de deixar algumas notas essencialmente sobre a dimensão que este setor está a alcançar e pode alcançar e o repensar que deve existir sobre a orgânica deste setor em termos públicos, no âmbito da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, porque são altas as

expetativas que têm sido lançadas a muitos jovens empreendedores na ilha e fora da ilha e, portanto, a responsabilidade que deve existir não deve ser só dos resultados que no momento estão a ser alcançados, mas também de pensarmos que este é um setor que tem espaço para crescer e que pode claramente implantar os Açores na diversificação das suas exportações.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se à Madalena do Pico, eleita cidade do vinho 2017.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Madalena do Pico Eleita Cidade do Vinho 2017

Em setembro de 2016, o Município da Madalena foi eleito Cidade do Vinho 2017, reunindo a maioria dos votos dos membros da Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

Sendo uma das treze regiões vinícolas em todo o mundo património da humanidade, o Município da Madalena trás pela primeira vez o evento mais importante da viticultura nacional aos Açores.

Esta é uma conquista que não deve ser dissociada da Classificação da Paisagem Protegida da Vinha da Ilha do Pico, aclamada em 2004, pela UNESCO, e da Criação da Marca – Madalena, Capital da Vinha e do Vinho dos Açores, em 2015, iniciativa essa da Câmara Municipal da Madalena, e do importante impulso que tem sido dado ao desenvolvimento do setor através da aplicação regional do programa comunitário VITIS.

A candidatura da Madalena do Pico destacou-se entre as cinco concorrentes pela sua singularidade, evidenciando-se pelas suas características únicas de implantação em território classificado, pela crescente representatividade e evidente crescimento e dinâmica de valorização da ruralidade e património, potenciando outras atividades, em particular o enoturismo.

Mais do que a candidatura de um Município ou de uma ilha, a força desta candidatura decorre também no seu carácter de promoção dos Açores, tendo como parceiros os diversos atores, sejam eles económicos, culturais ou políticos, nomeadamente os diversos órgãos do Governo Regional, sejam as diversas autarquias dos Açores, independentemente da sua localização Geográfica.

Esta conquista chama-nos a recordações históricas que nos trazem à memória importância da Vinha e do Vinho para a Ilha que conhecemos hoje.

A viticultura confere ao Concelho da Madalena parte significativa da sua identidade.

O desenvolvimento do Município e a sua produção vinícola percorrem, de forma indissociável, de mãos dadas toda a história do concelho, que desde os seus primórdios viu neste setor o mais precioso ganha-pão de muitas famílias e no verdelho a alavanca económica da ilha e da região.

É justa que se faça aqui, na sede da Autonomia, também através desta iniciativa, a justa homenagem à tenacidade dos Homens que marcaram a ferro a pedra basáltica, num épico labor, que hoje renasce das cinzas, demonstrando um novo fulgor da viticultura e a sua capacidade de se reinventar, apostando na mineralidade dos brancos dos Açores e promovendo de forma incontornável o enoturismo.

Unir os Açores e os Açorianos à volta deste produto – o Vinho – enquanto alternativa económica, principalmente na segunda maior ilha dos Açores, é assumir de uma vez por todas a diversificação do setor primário da região.

Mas que fique claro que isso só é possível com meios técnicos, financeiros e estratégia que os Governantes e Políticos têm obrigação de assegurar.

Este também é o momento de recordar nesta Assembleia as palavras de um dos maiores defensores do património vinícola da Madalena e da Ilha do Pico.

É hora de recordar as palavras de Tomás Duarte Jr., e cito:

“(...) façamos uma reflexão para imaginar que quantidade de mão de obra, engenho, esforço, sacrifício, tenacidade, resistência, numa palavra, capacidade anímica, foram necessárias para arrancar da terra pedrosa o seu sustento, escavar na rocha os poços de maré da sua sobrevivência (...) e , sobretudo, à mesma a braço hercúleo, recobrir milhentos hectares de biscoito e magma consolidado com uma teia

única no Mundo, interminável quadricula de pedregulhos arrancados ao solo, arrumados com a surpreendente mestria em paredes divisórias, 'canadas', com os seus 'travesses' a limitar 'currais' (...)

É, simplesmente espantoso!...” por Tomaz Duarte Jr. in "O Concelho da Madalena - Subsídios". Fim de citação.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD/Açores, propõe a aprovação de um voto de congratulação ao Município da Madalena pela Eleição como Cidade do Vinho 2017, uma determinante conquista das memórias e projeção de um futuro auspicioso para o desenvolvimento da viticultura e do enoturismo na ilha e na Região, do qual deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal da Madalena e Assembleia Municipal da Madalena.

Horta, sala das sessões, 16 de fevereiro de 2017

Tenho dito.

Os Deputados, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Marco Costa

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto. Aliás, apresentámos um voto anteriormente que era mais abrangente sobre esta temática, mas que naturalmente também felicitando o município da Madalena ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Quando o senhor puder dar o prazer de me ouvir, eu agradecia.

Isso é o respeito que o senhor tem pelo município da Madalena. Fica aqui reconhecido.

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo. Faça o favor de continuar.

O Orador: Respeito pela ilha do Pico.

Muito obrigado.

Eu estava dizendo que a candidatura foi muito bem conseguida pelo município da Madalena e isso é resultado de uma longa história e de uma dinâmica atual que o setor vitivinícola tem vivido na ilha do Pico e que o Governo Regional tem sabido apostar e apoiar e os vitivinicultores têm sabido de forma muito sábia aproveitar essa dinâmica do setor e todos os apoios assim disponibilizados.

Realmente o sucesso, estes vários prémios e esta eleição são uma evidência disso mesmo e ainda hoje, a propósito da sua referência no voto que os governantes devem estar atentos, foi anunciado mais 3,5 milhões de euros disponíveis no programa VITIS para a reestruturação e recuperação das vinhas da ilha do Pico ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... o que é um sinal evidente da atenção do Governo sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Concluimos os votos de congratulação e saudação.

Vamos avançar para os votos de protesto.

O primeiro é do CDS. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Pela não criação em todas as ilhas das Comissões Técnicas de Acompanhamento para a Classificação de Leite à Produção

A Portaria n.º 75/2009, de 17 de setembro, alterada pela Portaria n.º 161/2015, de 14 de dezembro, aprovou as regras a que deve obedecer a classificação do leite cru à produção na Região Autónoma dos Açores.

No âmbito desta Portaria deveriam ter sido criadas Comissões Técnicas de Acompanhamento da Classificação de Leite à Produção em todas as Ilhas dos Açores que incluam indústrias e cooperativas de lacticínios.

Contudo, tal só sucedeu nas Ilhas de S. Miguel e Terceira.

Por sua vez, o Despacho Normativo n.º 192/1998, de 30 julho, no seu artigo n.º 2, define as atribuições das referidas Comissões Técnicas, entre

elas, *"propor ações ou medidas destinadas a melhorar as condições de aplicação do Sistema de Classificação de Leite à Produção"*, bem como *"emitir parecer sobre a atualização do Sistema de Classificação de Leite à Produção"*.

Ora, o Sistema de Classificação do Leite está intrinsecamente relacionado com o rendimento dos produtores, uma vez que é com base nos diversos parâmetros higieno-sanitários (mesófilos totais e células somáticas), a composição do leite (gordura e proteína), o índice crioscópico, pesquisa de inibidores ou impurezas em suspensão definidos nas grelhas de classificação, que resulta o sistema de pontuação pelo qual é calculado o pagamento do leite ao produtor.

Na legislação regional vigente, mas só parcialmente implementada, menciona-se que para os casos em que o índice crioscópico e o extrato seco de gordura forem inferiores ao leite padrão, cabe à Comissão Técnica prever uma penalização.

Para além disto é a Comissão Técnica que dá a conhecer aos serviços que procedem à classificação do leite (SERCLA) os parâmetros e respetiva pontuação, assim como todas as eventuais alterações existentes no que respeita aos parâmetros de classificação do leite, no mês anterior àquele em que se pretenda dar início à sua aplicação.

Importa reter o papel importante desenvolvido por estas Comissões de Acompanhamento, não só pelo acima exposto, mas, também, como elemento mediador e agregador entre as partes envolvidas (entidades recebedoras/compradoras e entidades representantes da produção) acompanhando assim a evolução do setor leiteiro nas diferentes Ilhas, num trabalho proativo entre todas as partes.

Não é, pois, coerente existir uma arbitrariedade tão grande em alguns

elementos, como é o caso do índice crioscópico, onde, por exemplo, em S. Jorge, numa primeira anomalia, o produtor é penalizado com a pontuação máxima de 100 pontos, enquanto, na Terceira, a penalização é de 50 pontos e, em S. Miguel, é só de 25 pontos.

Será correto existirem valores tão dispares entre as referidas Ilhas?

Faz sentido aplicar a mesma penalização perante uma ocorrência isolada se, comparativamente, a uma prática recorrente?

É incontornável ressalvar o trabalho desenvolvido pela produção e pelos produtores de S. Jorge, um trabalho contínuo de melhoria das condições de higiene do leite, das próprias instalações, de saúde e genética dos animais, para aprimorar a qualidade do leite, correspondendo positivamente às exigências que foram surgindo ao longo dos tempos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Hoje, o leite de S. Jorge é considerado um dos melhores da Europa.

É indiscutível que, se assim não fosse, estaria prejudicada a produção da "joia da coroa" da economia Jorgense (o queijo), uma vez que este é laborado com leite cru.

É também indiscutível que este é, sem dúvida, o caminho que é necessário continuar a percorrer, sendo igualmente importante reconhecer o esforço desenvolvido pelos produtores para produzirem um produto de excelência.

Como se constata urge combater e evitar situações discriminatórias no setor leiteiro, pelo que o CDS-PP entende que a legislação vigente devia ter sido aplicada em igualdade de circunstâncias em todas, ou seja, deviam ter sido criadas as Comissões Técnicas nas diferentes Ilhas, para que existisse uma maior equidade entre todos os produtores da Região.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta pelo facto de nunca terem sido criadas as Comissões Técnicas de Acompanhamento para a Classificação de Leite à Produção em todas as Ilhas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lamentável!

A Oradora: ... de forma a promover igualdade de tratamento no âmbito da classificação do leite em toda a Região, evitando-se situações altamente discriminatórias para alguns produtores, como por exemplo os da ilha de S. Jorge, e estimulando uma produção cada vez mais cuidadosa e na busca constante pela excelência do produto final.

Muito obrigada.

Os Deputados, Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Alonso Miguel

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PDS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A evolução da qualidade de leite e dos produtos lácteos dos Açores resultam, entre muitos outros fatores, da instituição de um sistema de classificação de leite à produção que se pretende justo e dinâmico,

acompanhando as condições e as exigências higio-sanitárias e técnicas, garantindo o desígnio da saúde pública e da segurança alimentar.

Este instrumento de monitorização da qualidade de leite deve por outro lado garantir a diferenciação do preço a praticar aos produtores e bem assim traduzir-se na valorização dos produtos lácteos nos mercados tradicionais e diferenciados que por sua vez, pela excelência que apresentam, devem assim ser justamente remunerados. A par da obrigação no cumprimento do disposto em legislação no âmbito da União Europeia nacional e regional os processos de avaliação e penalização da atividade agrícola e agroindustrial deve sempre passar pela participação ativa de todos os intervenientes da fileira de forma competente e construtiva.

Foi com este pressuposto que foram criadas as Comissões Técnicas de Acompanhamento nas ilhas de São Miguel e da Terceira com a participação de representantes da Secretaria Regional da tutela, do IAMA, dos representantes das associações de produtores de leite, das cooperativas de lacticínios e da Associação Nacional de Industriais de Lacticínios.

As atribuições dessas Comissões Técnicas, para além do âmbito de ilha, constituem um instrumento de participação técnica e democrática que respeita os objetivos e as especificidades de cada ilha, sendo mesmo possível que o entendimento dos operadores da fileira láctea de cada uma determine fatores de diferenciação com vista à otimização da valorização de produtos específicos e à melhoria do rendimento dos intervenientes. Porque nada obsta a que as referidas Comissões Técnicas tenham sido criadas, permitindo uma abordagem local de valorização da fileira e do rendimento dos produtores com equidade, o Grupo Parlamentar do PSD

vota favoravelmente este voto de protesto do CDS-PP no pressuposto de que ao manifestar este protesto junto do Governo este crie as Comissões Técnicas nas restantes ilhas com produção leiteira para além de São Miguel e da Terceira, facultando o diálogo e a concertação estratégica nesta matéria de classificação do leite que tanto importa à economia dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria o Governo Regional mais uma vez favorece umas ilhas em relação às outras ...

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: ... e como já nos habituou, prejudicando gravemente as ilhas de menor dimensão.

De forma ainda mais grave o Governo Regional recusa-se a cumprir uma Portaria.

Consideramos essas Comissões Técnicas como importantes e em especial, neste caso, como São Jorge labora com leite cru.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista face ao voto apresentado pelo CDS gostaria de colocar a esta Casa alguns considerandos sobre o mesmo e também na

continuidade das palavras que o Sr. Deputado António Almeida disse sobre a concertação necessária a existir com associações, com as unidades de transformação, com os produtores e os seus representantes, mas também com a mediação e com uma ótica de parceria com o Governo Regional, temos que dizer que este voto efetivamente não identifica contra quem é. É a primeira situação que o Partido Socialista gostaria aqui de realçar.

É contra o Governo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É contra o Bispo!

O Orador: É contra o Governo por não impor que se crie as Comissões Técnicas?

É contra as associações por não solicitarem a criação da Comissão Técnica nessa ilha?

Porque vamos: o Despacho Normativo criou somente nas ilhas da Terceira e de São Miguel. Porquê?

Porque foram as únicas ilhas em que as associações dos produtores e as unidades de transformação sugeriram e solicitaram a criação dessas Comissões Técnicas para ainda melhorar o processo de certificação e o sistema de classificação do leite nos Açores.

Repare-se: até o próprio CDS reconhece que a ausência dessa Comissão de Acompanhamento em São Jorge leva a que tenhamos o melhor leite da Europa, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Penaliza o melhor da Europa!

O Orador: ... fazendo com que não haja relação direta entre esta Comissão Técnica de Acompanhamento e a qualidade do leite na ilha de São Jorge que é simplesmente o melhor da Europa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Depois também gostaria de aqui referir que só em novembro de 2016 é que foi solicitada pela Federação Agrícola a criação da Comissão Técnica de Acompanhamento na ilha de São Jorge e o Partido Socialista concorda com a criação dessa Comissão Técnica de Acompanhamento. Sim, senhor!

Estamos cá! Faz todo o sentido e até digo mais!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, faz?! Então sente-se!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Então?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Coloco aqui o desafio de que todas as associações e a toda a concertação estratégica necessária nesta área da agricultura faça chegar os pedidos de elaboração dessa Comissão Técnica em todas as ilhas. É um desafio que também o Partido Socialista coloca aqui a todas as nossas nove ilhas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso está regulamentado!

O Orador: Depois também durante o voto existe aqui algumas incoerências nomeadamente às tabelas de classificação, quase como que colocando a responsabilidade do lado do Governo, do IAMA ou do SERCLA, seja qual for a entidade, dizendo que seria responsabilidade deles ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Faz parte do IAMA, Sr. Deputado! Faça o trabalho de casa!

O Orador: ... as penalizações e a classificação ...

Não! Na Portaria, no artigo n.º 13 identifica muito bem de quem é a responsabilidade de criar a tabela de classificações e as suas penalizações e esses são os produtores e as associações produtoras e a unidade de transformação de cada uma dessas ilhas.

Portanto, aqui também não concordamos com esta parte do voto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pode votar contra!

O Orador: Permitam-me terminar dizendo que o Partido Socialista continuará nos Açores sempre numa ótica de parceria entre os produtores, as unidades transformadoras a pretender que haja sempre uma contínua e melhoria qualidade do leite na Região Autónoma dos Açores ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... pelo facto também do que o Sr. Deputado disse há pouco, que temos boa qualidade, temos um dos melhores planos de controlo de leite cru de todo o país.

Permitam-me terminar dizendo que, face ao exposto, o Partido Socialista irá votar contra.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Almeida (PDS): Mas cria as comissões!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A intervenção que acabámos de ouvir é absolutamente incompreensível em relação às dúvidas que tem em relação ao voto.

Para mim (e é nesse sentido que eu vou votar) obviamente contra quem é que é o voto?

Quem é que tinha a responsabilidade nesta matéria?

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Quem é?

O Orador: Evidentemente o Governo Regional.

Evidentemente o Governo Regional!

Agora há um novo conceito e o novo conceito é: quando é que o Governo concretiza e faz as portarias?

Faz as portarias quando lhe for pedido.

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Isto é uma coisa surrealista. Este tipo de justificações e de argumentos é uma coisa surrealista.

A partir de agora o Governo só concretiza as portarias a que está obrigado por lei a pedido. É preciso pedir.

Deputado André Bradford (PS): Está lá escrito!

O Orador: “Olhe, faz favor, precisamos que nos peçam para podermos concretizar a portaria.”

Isto é algo surpreendente!

A segunda questão é a seguinte e é inegável: eu corroboro aquela que é a opinião transmitida neste voto, que é que o leite de São Jorge é de facto o melhor da Europa. É de facto o melhor da Europa! Mas porque é que não é o mais bem pago da Europa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que não é o mais bem pago? Aí é que está!

O Orador: Porque é que não é o mais bem pago da Europa?

Porque é que está pessimamente mal pago?

Por vossa responsabilidade, por responsabilidade do Governo Regional que não concretizou e não criou as Comissões Técnicas de Acompanhamento para a classificação do leite, ...

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

Deputado André Rodrigues (PS): Temos uma unidade das melhores da Europa!

O Orador: ... por isso sendo o melhor é muito, muito mal pago por vossa responsabilidade.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Eu considero que é inacreditável que o Sr. Deputado que foi eleito por São Jorge venha aqui com este discurso que é um discurso que prejudica gravemente a sua terra, São Jorge, e todas as outras ilhas que neste momento se encontram discriminadas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não faz a mínima ideia do que está a dizer!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados!

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o que eu queria dizer é que é óbvio que quem regulamenta tem que impor o que está regulamentado e, portanto, acho que o que é regulamentado não é feito por um pedido para que isso se aplique.

Para além de que o que está aqui em causa é o facto das comissões terem sido criadas através do Despacho Normativo de 98, então a questão que aqui está é se efetivamente essas comissões estão a fazer o seu papel de agregador, de tentar agregar todas as pessoas e de conciliador entre todos os intervenientes na produção, se estão a fazer esse papel, também é

importante que o façam nas restantes ilhas; se não o estão a fazer então que terminem as comissões.

Eu acho que é preciso entrar aqui num consenso e efetivamente ver que trabalho é que está a ser desenvolvido, porque acho que pode ser importante para os produtores de São Jorge que também têm direito a ter essas comissões instaladas ...

Deputado André Bradford (PS): A questão não é essa! É o contrário!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e não acho correto estarem também agora aqui a pôr a culpa, digamos assim, nas associações agrícolas porque não pediram para criar a Comissão Técnica.

Se as Comissões estão a ser instaladas, se estão a funcionar nas outras ilhas, se têm resultados positivos por isso é que ainda permanecem instaladas, porque é que as outras ilhas também não hão de usufruir dessas comissões?

É esta a questão que se põe aqui.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Para além de que podem ser geradas algumas situações discriminatórias como é o caso, por exemplo, da água no leite.

Neste momento temos nesse mesmo padrão o caso de São Miguel em que é através de uma situação recorrente e há uma penalização (e bem!) que vai aumentando consoante a recorrência, à semelhança do que acontece na Terceira. Em São Miguel é de 25 pontos, na Terceira de 50 pontos e em São Jorge um produtor é de 100 pontos ...

Deputado André Rodrigues (PS): Já é 25 pontos!

A Oradora: ... que até teve um problema no seu sistema de ordenha e onde foi introduzida água sem ele até saber, tem logo uma penalização de 100 pontos.

Acha isso correto?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Acha isso correto depois do que os produtores de São Jorge têm demonstrado em relação à produção de leite, aos níveis de qualidade com que eles têm produzido leite acha correto existir uma penalização dessas, uma situação discriminatória dessas?

Não é correto!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Acho que não temos de estar aqui com ninguém contra, nem a favor. Isto é uma questão de a gente pensar no que é melhor para os produtores.

Todos sabemos que os produtores estão a atravessar uma crise e nós de São Jorge sabemos a crise que os nossos produtores estão a atravessar e acho que temos de arranjar todas as ferramentas que existem e criar novas, se for o caso, para que os produtores se sintam apoiados e não se sintam numa situação discriminatória em relação aos restantes produtores.

Porque é assim: como é vai explicar ao produtor de São Jorge que apanhou uma penalização de 100 pontos (até tivemos um caso recente, que até representou 11 mil euros ao fim do mês), ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça!

A Oradora: ... como é que vamos justificar a um produtor destes que teve a penalização de 100%, que se fosse um produtor de São Miguel ou da Terceira já não era assim?

Isso não é correto!

Mas não estava há bocadinho a dizer que o Governo está sempre a trabalhar em prol dos produtores, em prol dos açorianos?

Então isso não é para trabalhar em prol, não é saber se existe uma coisa que está a funcionar quer aplicar para a nossa ilha?

Só acho lamentável (lamentável!) os interesses do partido estarem acima dos interesses dos jorgenses ...

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

A Oradora: ... e eu estou aqui para defender os interesses dos jorgenses e não acho que seja uma situação correta e acho que os nossos produtores não são mais fraudulentos que os produtores de São Miguel ou da Terceira para terem essa benesse, por exemplo, porque eles têm-se esforçado para produzir o leite que temos e por isso ele é considerado o melhor da Europa, porque todos nós sabemos que no processo de fabrico aquele produtor que foi apanhado com água no leite, o leite não foi para o lixo.

Portanto, eu acho que se existe o benefício da dúvida em relação a outros produtores de outras ilhas, também deve ser dado aos produtores das restantes ilhas dos Açores.

É só aquilo que está em questão.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

Sras. e Srs. Deputados vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Orgulhosamente sós!

Deputado António Parreira (PS): Antes sós que mal acompanhados!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Olhe para as suas companhias!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio para que possa ser anunciada a votação.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário vamos então também encerrar os nossos trabalhos para almoço.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 12 horas e 56 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, nomeadamente no debate do **Projeto de Decreto Legislativo nº. 2/XI**, apresentado pelo PSD.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Antes vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes:

O Governo Regional dos Açores dispõe de 15 minutos e 10 segundos;

PS, 19 minutos e 30 segundos;

PSD, 9 minutos e 30 segundos;

CDS-PP, 7 minutos e 10 segundos;

BE, 7 minutos e 30 segundos;

PCP, 5 minutos e 30 segundos;

PPM, 7 minutos e 40 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então dar continuidade ao debate. Está inscrito o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

O PS não pode concordar com a proposta do PSD, relativa à baixa do escalão mais alto da taxa do IVA.

Há sobretudo três razões fundamentais para que essa proposta não mereça a nossa concordância:

Em primeiro lugar porque essa proposta cria junto dos açorianos uma perceção errada, leva ao engano de que a Região Autónoma dos Açores

tem uma carga fiscal mais alta do que as outras regiões do país e do que outros países na União Europeia.

Importa dizer que isto não é verdade! O que os senhores deram a entender é falso! Não só a Região Autónoma dos Açores não tem a carga fiscal mais alta da Europa, como na União Europeia, a 28, tem a segunda mais baixa taxa de IVA, repito, os Açores têm, entre 28 países, a segunda taxa mais baixa de IVA.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que o senhor vai buscar!

O Orador: Verdade, que se formos ver regiões dentro do país, os Açores têm a taxa mais baixa de IVA do país.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também é das mais pobres! Isso é falacioso!

O Orador: Portanto, dar a entender aos açorianos, dar a entender aos empresários que querem investir na Região Autónoma dos Açores que os Açores, que os Açores têm uma carga fiscal muito elevada, não só é um logro, não só é induzir ao engano como é, acima de tudo, um mau serviço à Região Autónoma dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar há a matéria de facto.

A vossa opção seguida é de incidir a baixa fiscal, sobretudo ou exclusivamente no IVA, é uma opção errada. É uma opção errada, aliás a nossa opção foi exatamente outra, foi incidir a descida da carga fiscal sobretudo no IRS, sobretudo naquilo que diz respeito ao rendimento das famílias, porque em primeiro lugar nós sabíamos que o IRS era a forma mais fácil de aumentar o rendimento direto das famílias e em segundo lugar porque nós não nos esquecemos de uma coisa que os senhores se esqueceram na vossa proposta: o IVA não é arrecadado. O IVA na

Região Autónoma dos Açores não é arrecadado. O IVA é uma transferência do Governo da República, ao contrário do IRS e isto Sras. e Srs. Deputados, faz toda a diferença, porque ao mexermos na taxa de IVA, ou seja, ao aumentarmos o diferencial fiscal, o maior benefício não será junto do rendimento das famílias, não será junto do consumo, mas será sobretudo numa diminuição das transferências do Governo da República para o Governo da Região Autónoma dos Açores, para a Região.

Aliás, a prova de que isto e de que a medida do PSD é extemporânea, é o facto de no próprio programa eleitoral do PSD essa medida não constar, aliás importa dizer nesta câmara que nós agimos de uma forma coerente, porque esta medida também não está no programa eleitoral do PS.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Ainda uma pequena referência: nós descemos os impostos, nomeadamente o IRS, a carga fiscal, mais do que acontecia antes do aumento dos impostos nos Açores. Nós descemos em cerca de 25%, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Antes de Sócrates!

O Orador: ... as famílias hoje têm mais 28 milhões, e volto a repetir aquilo que já foi dito, as políticas que têm sido levadas a cabo pelo Governo dos Açores, pela Região, no sentido de aumentar o rendimento das famílias de melhorar a competitividade empresarial, significaram no bolso dos açorianos, em relação aos cidadãos da república, mais de 250 milhões de euros.

Por último, tem a ver com o facto desta proposta ser totalmente ineficaz.

O Orçamento já deu entrada nos serviços da Assembleia, portanto ela não consegue ter qualquer tipo de eficácia...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores aprovaram a urgência!

O Orador: ... porque essa discussão terá que ser feita no âmbito do Orçamento da Região.

A pergunta que eu coloco aqui é por que é que o PSD optou por fazer isto desta forma?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem visto!

O Orador: A única forma que há é que o PSD quis ter o ónus de apresentar uma descida da carga fiscal, mas não quis ter a responsabilidade de apresentar aqui qual a forma de o fazer, qual a forma de medir o valor exatamente dessa descida de impostos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em suma, esta proposta do PSD não é boa, porque dá uma má imagem da carga fiscal e da gestão dos Açores perante os empresários que querem cá investir; esta proposta do PSD é uma proposta que segue o caminho errado porque o principal beneficiário desta proposta será o Governo da República que irá que ter que transferir menos verbas para os Açores ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Francisco, o cobrador!

O Orador: ... e por último é uma proposta acima de tudo ineficaz que não tem qualquer tipo de consequência nesta câmara porque o Orçamento de Estado já está inscrito.

Por isso, o PS, e calculo que o Governo, não poderão concordar com ela, por isso irão votar contra.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Das três questões que o Sr. Deputado Francisco César levantou, nenhuma consta daquilo que foi a intervenção que fizemos ontem, ou seja, nós não afirmamos aqui que a taxa de IVA na Região, tal como está é mais baixa, é mais alta ou é elevada.

O que estamos aqui a discutir é a reposição de alguma coisa que existia desde 1985.

Além de mais, se não fosse elevada, eu não percebo por que é que baixaram a intermédia e a reduzida há dois anos.

Deputado Francisco César (PS): Essa é fácil de explicar!

O Orador: Portanto, se não era relevante não se baixava, ou seja, se não era elevada a taxa normal, comparativamente ao país e a outras regiões do país e à Europa, também a reduzida não era.

Mas na verdade a questão e essa, a questão da capitação nós sabemos, a lei foi alterada com a Portaria do Ministério da Finanças que fixou as regras da capitação. Sabemos disso! Sabemos da fórmula, é uma fórmula simples, qualquer aluno do 7.º ano de escolaridade consegue calcular, tem é que ter os parâmetros todos.

Deputado Francisco César (PS): 7.º ano antigo!

O Orador: Não! Não! Do atual! Da minha filha que tem 14 anos!

A única questão que é importante aqui é esta: os dados para o cálculo da forma são importantes. Falta um parâmetro que nós não tínhamos, fizemos uma primeira aproximação e o Sr. Deputado Carlos Silva disse e disse bem, já tínhamos conversado sobre isso num debate anteontem, a

questão é que faltava o que se chama PTN, que é a percentagem da taxa normal do IVA na cobrança nacional do IVA.

Portanto, essa percentagem é fundamental para se perceber o impacto quando se aumenta o diferencial, em que é que isso traduz na redução da cobrança do IVA no apuramento final.

Esse dado, Sr. Deputado, foi calculado e neste momento as contas são essas, o impacto dessa medida andar­á entre os 28 e os 30 milhões de euros, ...

Deputado André Bradford (PS): Imaginem os açorianos que nos estão a ouvir entusiasmadíssimos!

O Orador: ... já contando com aquilo que é a expectativa do crescimento da esperada cobrança do IVA a nível nacional no Orçamento de Estado para 2017. Essa é a questão.

Se o impacto da baixa da taxa normal é grande do ponto de vista da redução das transferências do Orçamento de Estado, significa que a redução da taxa reduzida e a redução da taxa intermédia, a intermédia pesa muito pouco, ou seja, seguindo o mesmo critério quando o Governo baixou a taxa intermédia e a reduzida, esse impacto terá sido na casa dos 9 milhões de euros há dois anos. Grosso modo terá sido isso.

Portanto a questão aqui tem que ser vista, e essa é a nossa perspetiva, não como alguma coisa de novo, mas sim a reposição do que existia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que foi verdade e eu tive o cuidado de citar numa entrevista a uma declaração do Sr. Presidente do Governo e numa entrevista do Sr. Vice-Presidente, reconheciam em 2013 quando a questão estava a ser discutido e o ónus era do Governo da República, reconheceram que era importante para a economia, para as famílias, para

as empresas. Nós o que mantemos é a mesma opinião, sendo a nossa visão preocupante.

Mudaram de opinião, ou seja, não é importante para as famílias, nem para as empresas a redução do IVA. Para nós é importante e não é só para nós.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sabe quem era Primeiro Ministro em 1995?

O Orador: Neste momento esta preocupação é partilhada por sindicatos, é partilhada pelas associações empresariais, é partilhada por vários setores da sociedade, de acordo com a comunicação social.

Portanto, nós mantemos alguma coerência e no fundo o que estamos aqui a dizer é que o que foi verdade durante trinta anos, para nós continua a ser verdade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Só um dado, não quero alargar a discussão, o que nos importa é discutir a matéria tal qual como se apresenta, agora em 2017.

O que se passou, passou, não é relevante para nós.

Para nós agora era relevante para as famílias açorianos, para as empresas açorianas que tivessem essa possibilidade.

Quem tem a maioria decide, isso é legítimo, conformamo-nos todos, agora isso não tira razão aos nossos argumentos, nem tira coerência e sem querer entrar aqui em polémica, acho que há aqui claramente uma alteração e eu não sei se essa alteração tem a ver com a aritmética das receitas e daquilo que vem do Orçamento de Estado, porque na verdade em 2014 houve uma redução de 66 milhões ou 67 (depois na conta 66) das transferências do Orçamento do Estado para a Região, mas o aumento da cobrança de IVA por via da capitação aumentou cerca de 60 milhões de euros.

Portanto, aquilo que foi o prejuízo ou a diminuição de receita de transferências do Orçamento de Estado em 2014, teve uma compensação pela alteração do regime de capitação e essa questão é importante.

Ou seja, se quisesse fazer só aritmética, e não é isso que pretendo aqui, aquele que foi o anúncio da devolução de impostos não se traduziu por mais do que 20 milhões de euros, devolvidos às famílias e às empresas, porque a redução da taxa reduzida e da intermédia, não terá custado mais do que 9 milhões de euros. Do IRS nós não temos dados.

Aqui, quem quer fazer um exercício sério de analisar esses dados tem uma dificuldade, que é nós temos que andar aqui na pesquisa de dados e a questão da taxa, o PTN que é um dos parâmetros da forma da capitação do IVA, temos que andar a ligar aqui para Lisboa, para a administração tributária, tentar arranjar informação porque nem toda ela está nos sites das finanças.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Daí, penso que essa questão é partilhada por muitos partidos sobretudo da oposição, nós temos dificuldade em arranjar dados, ao nível financeiro, ao nível da execução orçamental. Quem quer levar esse trabalho a sério, exercer fiscalização governativa a sério, faz falta aqui um quadro como existe na Assembleia da República que nos possa ajudar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isso dar-nos-ia tempo para pensar no essencial e dedicar a energia ao que é essencial na defesa dos açorianos.

Pouco mais tenho a dizer relativo a essa matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, BE, estamos à vontade para discutir todo o processo histórico da Lei das Finanças Regionais, enquanto estivermos representados na Assembleia da República e nesta Assembleia e sempre tivemos posições consertadas, nós BE, e aqui não há diferenças de posição entre o BE nesta Assembleia e o BE na Assembleia da República e tivemos sempre posições consertadas para nunca prejudicar as Regiões Autónomas e até valorizar a autonomia.

O PS assumiu que a Lei das Finanças Regionais, da autoria do famigerado Miguel Relvas, da governação PSD/CDS era, e julgamos que o PS continua a ter a mesma posição (ou se calhar mudou para a posição das aparências) ao considerar que essa lei das Finanças Regionais é um atentado contra a autonomia como foi aqui assumido há uns anos, porque retira os meios para exercer essa mesma autonomia. De que é que serve termos autonomia se não tivermos os meios para exercê-la?

Portanto, é nesse sentido que deveremos recentrar o debate naquilo que é essencial e aquilo que é o essencial neste momento é discutir a Lei das Finanças Regionais.

É claro que a medida proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD de reduzir a taxa de IVA dos 18 para os 16% é, como eu já tive oportunidade de dizer, de afirmar, um remendo. É um remendo porquê? Porque não vai á origem do problema que é a Lei das Finanças Regionais.

Apesar da posição do PS ao longo de todos estes anos, desde que entrou em vigor a Lei das Finanças Regionais, da autoria do PSD e do CDS e até na altura impulsionada por Miguel Relvas, na verdade essa mesma lei subsiste, portanto o problema continua a existir, por isso lançamos daqui o repto para se juntarem numa unanimidade, com vista à afirmação da autonomia, com o objetivo de revertermos aquelas que são as tropelias do anterior Governo PSD/CDS e que desconsiderou tanto os Açores como a Madeira, no âmbito da Lei das Finanças Regionais.

Portanto, a Lei das Finanças Regionais de 2010, nunca prejudicou as regiões autónomas e sobretudo nunca prejudicou os Açores, ao contrário do que foi aqui dito à mesma época, até porque devido a uma alteração, ou melhor à introdução de uma cláusula nessa mesma lei, por autoria do BE, que garantia que os Açores nunca pudessem vir a ser prejudicados, comparativamente ao regime anterior, foi possível valorizar a autonomia, aliás confirmado no mesmo ano, em 2010, pela UTAO na Assembleia da República que nesse mesmo ano confirmou que os Açores até foram beneficiados em sete milhões de euros.

Portanto, anunciamos desde já que o BE entregará uma iniciativa legislativa aqui nesta Casa, em conformidade com o nosso compromisso eleitoral porque ao contrário de todos os partidos aqui representados, o BE assumiu no seu programa eleitoral o início da tomada de diligências para voltarmos a ter a Lei das Finanças Regionais na sua versão de 2010, o que foi esquecido pelo PS, pelo PSD, pelo CDS e penso eu que também

PPM, para se iniciar o caminho para a reposição da Lei das Finanças Regionais, na sua versão de 2010.

Portanto, vamos apresentar essa iniciativa e penso que dessa forma se conseguirmos obter a unanimidade nesta Casa, algo que eu acho que vai ser fácil atingir porque penso que estão todos interessados em termos uma Lei das Finanças Regionais que valorize os Açores, que valorize as autonomias, em vez de estarmos aqui a discutir remendos sobre remendos, para afinal de contas esconder aquela que é a essência deste debate que é voltarmos a ter uma Lei das Finanças Regionais que defenda os Açores.

Obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Vasco, o que eu ontem perguntei é se o impacto estimado era de 15 ou de 20 milhões de euros, porque foi este o valor que inicialmente foi apresentado pelo PSD.

A verdade é que se quisesse saber com mais rigor, na altura já poderia ter consultado o Diário das Sessões de 2015, em que o Sr. Vice-Presidente fez uma estimativa do impacto na altura da redução dos dois pontos percentuais e já aí anunciou os 29,7 milhões de euros.

Por isso à partida, logo aí, conseguiria ter um valor com mais rigor.

Mas também não sei, se o motivo da criação da UTAO, como o PSD fala, seria para calcular essas mesmas receitas fiscais ou o impacto nas receitas fiscais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas a gente não acredita no que ele diz! Sei que é complicado, mas vocês percebem!

O Orador: Além disso, é possível consultar já a execução relativamente ao ano de 2016, está disponível no site do Governo e pode verificar perfeitamente, que por exemplo no caso do IVA, o IVA teve ao nível de receitas fiscais, em 2014, uma receita de 279 milhões de euros; em 2016, 292, o que dá um aumento de 13 milhões de euros.

E em relação ao IRS? O IRS em 2014 teve uma receita de 188 e em 2016 teve uma receita de 160, menos 28 milhões de euros.

Como referiu também aqui o Deputado Paulo Mendes, houve de facto uma redução nas transferências e conformada por si, na ordem dos 70 milhões de euros.

Mas mais importante do que isso, é perceber quem é que o PSD ouviu para apresentar essa proposta?

Deputado André Bradford (PS): Bem pensado!

O Orador: Ouviu os empresários como foi aqui referido? Não me parece.

A Câmara de Comércio numa entrevista que sai no jornal hoje, vem dizer que a proposta é redutora. Por que é que é redutora? Porque é uma proposta isolada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Imagine se não fosse!

O Orador: Diz ainda uma coisa muito importante: os parceiros não foram ouvidos na apresentação dessa proposta.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Vi falar ainda que o Governo aumentou o imposto sobre o tabaco e que as receitas desse imposto poderiam ser usadas para compensar essa medida.

Mas se tiver atento poderá verificar que no Orçamento de 2017, é apresentado um reforço da dotação para a área da saúde, na ordem dos 9 milhões de euros.

Tal como foi anunciado na altura esse aumento da receita com o imposto sobre o tabaco prevista, ainda que possa não acontecer, visa essencialmente combater o consumo do tabaco.

Reforçando uma vez mais o que aqui foi dito pelo meu colega, a verdade é que nós nos Açores temos uma taxa da IVA, uma das mais baixas taxas de IVA da Europa.

Poderia mostrar uma vez mais um gráfico.

(Neste momento, o Orador mostra à câmara um gráfico)

O Orador: O que é que este gráfico evidencia?

Se compararmos a taxa normal do IVA na Europa, a 21, onde é que nós estamos?

Somos a segunda Região com a taxa mais baixa. Estamos aqui. Eu posso disponibilizar se for necessário.

A nível nacional não há qualquer dúvida; a nível europeu, comparando com os 28 países também não há dúvida. Mas, qual é o fundamento? É para o crescimento da economia regional? A verdade é que a economia já cresce e cresce acima da média nacional. Cresce devido ao turismo, que teve no ano de 2016 um aumento superior a 20%; cresce também o aumento da venda de cimento; cresce também a venda de automóveis

novos com um crescimento a rondar os 30%. Carros é onde se aplica a taxa normal do IVA, por exemplo.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Para terminar citaria apenas aqui um ex-Deputado em 2009 que dizia assim, relativamente a uma proposta do PSD de alteração fiscal: “Diria que a relevância deste assunto aconselha a que as mudanças e alterações que pretendemos introduzir no sistema fiscal, sejam precedidas de uma profunda reflexão e ponderação serena e não se procurem soluções precipitadas ao sabor do imediatismo eleitoral”. Fim de citação. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e srs. Membros do Governo: A intervenção do meu colega Carlos Silva veio demonstrar que os senhores poderiam desde o início ter conseguido fazer as contas todas referentes ao IVA.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não sabe fazer contas!

O Orador: Aquilo que se demonstra nesta Casa é que os senhores tiveram um único objetivo. Um único objetivo! Foi tentar antes da discussão do Plano e Orçamento aparecer como o partido que queria reduzir os impostos aos açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é mau?

O Orador: Aquilo que demonstra que os senhores fizeram isto à pressa, da forma mais fácil, e perdoe-me que lhe diga, na minha opinião sem qualquer tipo de rigor, é que o seu líder veio apresentar esta proposta como uma proposta que teria o impacto entre 15 a 20 milhões e agora o Sr. Deputado veio dizer que essa proposta tem um impacto imagine-se, de mais 10 milhões de euros do que aquilo que tinha.

Mais, os Srs. Deputados chegaram ao ponto para justificar a diminuição da taxa mais elevada do IVA, de que assim os açorianos poderiam pagar mais eletricidade. Mas veja-se o descaramento do PSD, vir dizer que os açorianos poderiam pagar menos eletricidade, quando foram os senhores que recusaram que a eletricidade pudesse ser taxada ao valor intermédio! Foram os senhores que fizeram com que os açorianos e todos os portugueses hoje pagassem mais eletricidade através da taxa máxima em vez da taxa intermédia, ou seja o PSD vem a esta Casa apenas com uma vontade, de fazer campanha eleitoral, algo....

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso foi em outubro!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, não foi em outubro! Aliás permita-me que lhe diga o seguinte, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Não fique irritado, Sr. Deputado!

... aliás sobre o PSD e sobre o líder do PSD o que eu lhe posso dizer é o seguinte: eu nos últimos tempos tenho ouvido muito pouco, aliás sobre propostas para a economia, eu tive o cuidado de procurar alguma coisa, desde novembro só falam nisto. Neste Parlamento eu fiquei a saber mais sobre o que é que o Deputado Duarte Freitas sabe sobre intervalos regimentais, do que qualquer opinião sobre qualquer artigo nesta Casa,

porque em quatro intervenções, duas delas foram para pedir intervalos regimentais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado António Almeida (PSD): Isto é uma intervenção de fundo!

O Orador: Portanto, sobre esta matéria o PS está à vontade. Temos um líder partidário que sabe pedir mais momentos para não trabalhar do que propriamente para dar opinião sobre os diplomas.

O PS sobre esta matéria está à vontade.

Acha que esta não é uma boa proposta? Justifique perante os açorianos as razões pelas quais não concorda.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não vou pedir a defesa da honra porque acho que não necessito de utilizar outro tempo que não seja o do nosso tempo parlamentar para a discussão deste diploma.

Sr. Deputado Francisco César, quero dizer-lhe que como líder do Grupo Parlamentar do PSD, falarei a bem dos açorianos, para servir os açorianos, sempre que entender.

Eu não fiz, nem nunca vou fazer aquilo que outros líderes de oposição fizeram nesta Casa, que foi atravessar esta sala para tentar agredir Membros do Governo e o senhor sabe de quem é que eu estou a falar.

Deputado José San-Bento (PS): Olhe o senhor a falar disso!

O Orador: Isso eu nunca farei e por isso logo de si, logo do senhor, devia ter todo o cuidado quando fala e quando faz acusações desse género! O senhor sabe bem quem foi o líder da oposição antes de 96, que teve atitudes destas nesta Casa, de atravessar a sala para tentar agredir membros do Governo de então! Isso nunca farei, ...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... nunca fiz, nem vou fazer!

Portanto, o senhor devia ser o último, repito Sr. Deputado Francisco César, devia ser o último a falar sobre estas matérias.

Eu não recebo lições sobre respeito por esta Casa de ninguém e muito menos de V. Exa., Sr. Deputado Francisco César!

Em relação a este assunto há algo que é muito simples.

Deputado Francisco César (PS): É o líder que têm!

O Orador: Em primeiro lugar: somos acusados de falar e de dizer que vamos propor o que temos no nosso programa eleitoral ...

Deputado Francisco César (PS): Não está no vosso programa eleitoral!

O Orador: ... e somos acusados por isso. Só repetem aquilo que está no programa eleitoral, do qual temos muita honra e muito gosto e somos acusados de propor coisas que não estão no nosso programa eleitoral. Os senhores que se entendam! Qual é a acusação que querem fazer ao PSD?

O que nós estamos aqui a fazer hoje, é servir os açorianos na nossa consciência, mesmo com as dificuldades que os senhores nos colocam, porque se tivéssemos nesta Casa uma UTAO como existe no Parlamento Nacional e todas as forças políticas reconhecem a sua utilidade, se tivéssemos nesta Casa seria muito mais fácil o trabalho da oposição, como seria muito mais fácil se os senhores respondessem aos

requerimentos, como seria muito mais fácil se os senhores respeitassem aquilo que é o direito das oposições ...

Deputado Francisco César (PS): Não cheguei a esse nível!

O Orador: ... e os princípios do estado de direito democrático, como deviam respeitar nesta Casa em primeiro lugar.

Quero também dizer-vos, em relação a esta matéria, que mesmo com as dificuldades que tivemos para calcular os impactos ...

Deputado Francisco César (PS): Só que não sabiam os impactos!

O Orador: ... nós apresentámos uma proposta no tempo devido, os senhores aprovaram a urgência e ao aprovarem a urgência cai-vos qualquer argumento em relação à tempestividade da apresentação da proposta e portanto só têm que fazer uma coisa, dizer se querem que estes 20 milhões fiquem nos bolsos dos açorianos, ...

Deputado Francisco César (PS): Fica no bolso da República!

O Orador: ... ou se querem que fiquem nos bolsos do Sr. Vice-Presidente, Sérgio Ávila, para usar como tem usado até aqui.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados pedia algum silêncio.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Sras. e srs. Deputados, pedia algum silêncio para que o Sr. Deputado André Bradford possa fazer a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas neste debate, em relação à matéria em apreciação, à possibilidade de uma redução da taxa do IVA, não disse nada, não serviu para quase nada.

Para perceber a postura com que o Sr. Deputado Duarte Freitas encara estes debates e o facto de ter adversários políticos num regime democrático serviu para bastante. Ficou absolutamente claro que o Sr. Deputado quando se sente incomodado com uma crítica política legítima baseada em factos, prefere optar por uma modalidade de debate político para a qual nunca contará com esta bancada.

Imagine o esforço que foi necessário fazer, porque a sua crítica é pessoalizada, familiarizada, fulanizada, fica mal, fica feio, fica feio em termos cívicos e fica feio em termos políticos, aquilo que o senhor fez.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto fica feio! Tentar agredir não!

O Orador: Uma coisa é dizer-lhe que V. Exa. tem uma determinada gestão política das suas funções enquanto líder parlamentar, outra coisa é misturar ...

Deputado Francisco César (PS): Eu agredi-o?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não, mas um líder da oposição já, que por acaso chegou a Presidente do Governo!

O Orador: O Sr. Deputado continua a não querer ouvir!

Uma coisa é apontarem-lhe uma crítica à forma como V. Exa. exerce as suas funções de líder parlamentar, pode ser injusta, pode ser incómoda,

pode ser politicamente desajustada, mas é para isso que nós aqui estamos; outra coisa é o senhor sentindo-se acossado, usar as famílias, os nomes, confundir o Governo Regional com o bolso de um Membro do Governo Regional, falar em termos pessoais.

Isso, Sr. Deputado, não fica bem, fica feio e para isso o senhor nunca contará com esta bancada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas, apelo apenas à sua capacidade de síntese porque tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sras. e Srs. Deputados, muito rapidamente só para dizer que da parte desta bancada iremos agora, como no passado e no futuro, manter sempre o respeito por aquilo que são as praxis parlamentares.

Agora, não deixaremos de denunciar os erros que são cometidos e quem denuncia não é que é o culpado, quem erra é que é o culpado e foi!

Deputado Francisco César (PS): Em que é que erramos?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, informo que o PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, peço silêncio para que os trabalhos possam continuar com normalidade.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra para uma declaração de voto?

Deputado André Bradford (PS): Para solicitar um intervalo de meia hora, se faz favor.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 15 minutos.

Eram 15 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 22 minutos.

Entramos agora no ponto 10 da nossa Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI – “Cria um programa Urgente de Combate à Precariedade Laboral na Administração Regional”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Com esta, que é a nossa primeira iniciativa neste Parlamento, nesta legislatura, pretendemos que seja dada a resposta por que esperam há muito tempo, tantos trabalhadores açorianos, em situação precária, neste caso na Administração Pública e Local.

A urgência desta proposta fundamenta-se desde já na incerteza e na precariedade que vivem estes trabalhadores, mas também na vontade política de integrar um vínculo permanente, que foi manifestada pelos vários quadrantes políticos e pelo próprio Sr. Presidente do Governo Regional.

Não há razão para que seja adiada a existência e existem milhares de razões para que se cumpra o prometido e anunciado e se proceda à integração dos trabalhadores com um vínculo precário.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Mas a urgência da nossa proposta encontra também raízes na sua metodologia.

Propomos, numa primeira fase a realização de uma auditoria profunda e abrangente baseada em critérios claros e objetivos, que faça um levantamento detalhado de todas as situações de precariedade na Administração Regional.

Uma vez terminada, deixará de ser questão objetiva ou de interpretação.

Quantos e quais os postos de trabalho são efetivamente essenciais para o funcionamento dos serviços?

Depois, então, proceder-se-á à abertura de concursos para integrar os trabalhadores que com um vínculo de trabalho precário, estejam a desempenhar funções permanentes.

Uma auditoria desta dimensão não pode naturalmente ser realizada num prazo excessivamente curto, pelo que se impõe dar início a esse trabalho sem mais delongas, por forma a não deixar estes trabalhadores ainda mais um ano na lamentável situação em que se encontram.

Existindo vontade política real neste Parlamento para resolver este problema, será certamente possível tomar as providências adequadas ou introduzir as alterações necessárias ao articulada da nossa proposta, para que estes trabalhadores não tenham que esperar ainda mais um ano pelo vínculo laboral estável e a que têm direito.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A conversão dessas relações laborais precárias em vínculo estável é um elemento de justiça.

A nossa proposta é urgente porque a justiça é urgente.

O flagelo da precaridade tornou-se um dos mais graves problemas humanos, sociais e económicos no nosso País e na nossa Região e é lamentável que entre tantos casos sejam os próprios poderes públicos a promovê-la.

Não abdicamos do princípio de que um posto de trabalho permanente tem que corresponder a um vínculo permanente.

É tempo de levarmos à prática!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência então seguirá para a Comissão competente na matéria para a devida tramitação.

Passamos agora para o ponto 11 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 14/XI – “Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores”**.

Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP e para justificar a urgência tem então a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Trago este problema aqui da Ilha das Flores e justifico a urgência da seguinte maneira: na Ilha das Flores existem muitas matas de criptoméria que estão a cada dia que passa a desvalorizar cada vez mais, ou seja o prazo de vida das matas e dessas plantas estão a findar, qualquer dia em vez de uma vantagem, em vez de tirarmos algum proveito do que existe na Região, na Ilha das Flores, teremos graves problemas e prejuízos.

No entanto a justificação é que é urgente que o Governo Regional possa aproveitar em termos económicos um bem essencial que tem na Ilha das Flores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta apresentada pela Representação Parlamentar do PCP, para o corte de matas de criptoméria na Ilha das Flores, propriedade da Região, não é propriamente um assunto novo.

Desde 2014 que no Conselho de Ilha, por iniciativa do conselheiro Paulo Valadão e aceite pelos restantes, este tem sido um dos assuntos colocados e colocados nas reuniões com o Governo Regional durante as visitas estatutárias.

Conforme consta do primeiro ponto da Resolução, o proponente recomenda, e bem, que antes da abertura do concurso seja realizado o levantamento das matas que cumpram os requisitos para serem colocadas à venda.

Assim e considerando que o assunto não é propriamente novo, que o próprio proponente reconhece a necessidade da realização prévia de estudos, é entendimento do Grupo Parlamentar do PS que o pedido de urgência não se justifica e por irá votar contra, permitindo que a proposta baixe à Comissão competente na matéria e que após todas as diligências que sejam entendidas tomar, possamos tomar uma decisão devidamente fundamentada.

É este o entendimento e com esta posição estamos a dar um contributo para a valorização do trabalho desta Assembleia.

Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É conhecida a procura pelo mercado local o esterno da madeira desta espécie, bem como da disponibilidade na sua produção com viabilidade de corte.

Existe procura pelos operadores industriais que justifica adequar a oferta a este mercado.

A floresta de criptoméria nas diversas ilhas dos Açores, constitui uma fileira com interesse económico por duas vias: como produtora de madeira e respetivos subprodutos, como elemento de ocupação sustentado dos solos com interesse ambiental.

Não descuramos o compromisso do Governo Regional na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego, que na rentabilização da fileira da madeira assumiu a criação de mil postos de trabalho direto e mais cem postos na limpeza de infestantes e de ribeiras, mas este facto não justifica por si só considerar a urgência e a dispensa de exame em Comissão, porquanto no caso concreto e em apreço da Ilha das Flores, importa disponibilizar à Assembleia Legislativa Regional os elementos necessários à apreciação dos instrumentos de gestão da floresta naquela ilha, bem como os impactos relativos à dimensão dessa intervenção.

Tal facto não significa a perda de oportunidade para a sua valorização económica.

Do estudo de incidências ambientais efetuado com vista à exploração florestal, rearboração de criptoméria nas matas regionais e no perímetro florestal de S. Miguel, percebe-se que importa decidir o corte desses produtos florestais com respeito de todos os interesses envolvidos e dos respetivos impactos favoráveis e negativos.

Consideramos determinante avaliar qual o nível de intervenção no corte proposto na Ilha das Flores, o seu impacto económico e de criação de

emprego local, com efetivo retorno económico para a ilha, nomeadamente e sempre que possível na indústria local, mas também assegurando a transparência e a justiça no tratamento do património florestal público.

Assim votaremos contra o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, procurando que em sede de Comissão este Parlamento fique dotado da informação adequada que sustenta uma intervenção desta natureza, mas que defende os interesses da Ilha das Flores e dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS considera que, mais que urgente, esta iniciativa trazida hoje aqui pelo PCP é muitíssimo pertinente, até porque, e como já foi dito, em 2014 numa enorme urgência foi necessário debater as questões da fileira da madeira porque afinal a Azorina é que ia tomar conta das competências que na altura deveriam ser da Direção Regional das Florestas, ...

Deputado André Bradford (PS): Isto é a urgência!

A Oradora: ... uma vez mais esvaziando as secretarias e as direções regionais das suas competências para coloca-las nas empresas públicas, muitas vezes e até neste caso, com conflitos de interesse porque ficamos com a gestão ambiental e o interesse económico sobre exatamente a mesma tutela.

Portanto, consideramos que é muito pertinente o PCP ter trazido este assunto ao plenário, no entanto consideramos que para bem de todos seria

muito mais interessante que este diploma baixasse à Comissão para podermos ouvir efetivamente os vários interessados, até porque não percebemos como é que se o PCP vem pedir para se fazer um levantamento das matas de criptoméria que estejam em estado de maturação, onde é que está o inventário florestal que já devia estar feito.

Portanto na altura, o Governo quando quis abater uma enorme mata em S. Miguel e vendê-la a investidores estrangeiros, foi de uma enorme urgência e depois todas as outras ilhas onde é que está o inventário florestal?

Até porque era importante perceber que o preço da madeira está altamente dependente da zona de abate, porque em S. Miguel abateu-se uma floresta de fácil acessibilidade, onde é possível praticar um preço muito mais baixo e as zonas de difícil acessibilidade e de reflorestação ficaram para os privados.

Portanto, em boa hora o PCP trouxe a questão da fileira da madeira aqui ao Plenário, mas o CDS considera que é de todo o interesse que este diploma baixe à Comissão para podermos voltar a discutir este assunto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo por que é que PS não quer discutir esta questão. Isto é um dos maiores *flops* da história do parlamento.

Deputado André Bradford (PS): A gente não quer discutir? O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Isto na legislatura anterior foi apresentado como uma das grandes alavancas para o crescimento económico da Região. Eu penso que até lhe chamaram “o milagre verde”! “O milagre verde”! Mil empregos e uma receita orçamental extraordinária.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Milhares de empregos!

O Orador: É evidente meus senhores que para Vs. Exas. ... afinal os mil empregos?! Eu não sei se chagaram a dez! Tenho dúvidas.

Em relação à receita também não foi perceptível.

Por isso, meus senhores, isto deve soar-vos assim a uma coisa amaldiçoada. Eh pá, outra vez?! Não me falem nisto! Já estávamos todos esquecidos desta matéria e nós queríamos esquecer! É mais ou menos assim que pensa o PS e o Governo.

Por isso, da nossa parte é evidente que, em primeiro lugar concordamos com o Governo Regional: esta matéria é urgente, é urgente e tem grandes proveitos para o futuro.

Em segundo lugar, concordamos com a urgência do PCP, continua a ser urgente, dois anos depois continua a ser muito urgente (dois anos, não, cinco anos depois) continua a ser muito urgente e um bom projeto o Governo não foi, infelizmente, capaz de executá-lo e é urgente que o execute.

Portanto, se já existia essa capacidade, se já existia essa perceção, cinco anos depois continua a existir.

Deputado André Bradford (PS): Não existia, porque o Sr. Deputado disse que é preciso um estudo!

O Orador: Quer que eu lhe lembre aqui um artigo seu sobre “salvem as florestas”?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vamos divagar, por favor.

O Orador: Eu termino, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Salvem os nomes da floresta!

Enganaste-te.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar o pedido de urgência do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tendo sido chumbada, então também baixará à Comissão para seguir a sua tramitação e vamos avançar com os nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto 13 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 17/XI – “Regulamentação do processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores”**.

Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta em causa, se aprovada, permitirá uma poupança no orçamento de milhares de família na Região, com menos rendimentos, ao garantir o acesso à tarifa social de eletricidade.

Trata-se somente e tão somente da regulamentação por parte da Região de uma medida introduzida pela aprovação do Orçamento de Estado para 2016, que urge ser efetivada pelo Governo Regional, o que deveria ter ocorrido há oito meses.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começamos por saudar o BE por esta proposta que vem de encontro ao que defende o Grupo Parlamentar do PSD-Açores (peço desculpa pela voz).

A tarifa social a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis no fornecimento de energia elétrica foi criada em 2010.

Trata-se de uma boa medida, na medida em que consiste num benefício social que é atribuído a famílias, e aqui não falamos em clientes, vamos

falar em famílias e pessoas que têm certas especificidades em termos económicos, são vulneráveis.

Portanto, entendemos que se trata de uma boa iniciativa porque vem proteger famílias e pessoas em situação de carência económica.

Também acreditamos que foi boa a medida que veio da alteração introduzida em 2014 por via do Decreto-Lei n.º 172, de 2014, que atribuiu novos critérios de elegibilidade, tornando o apoio mais abrangente e também estabelecendo procedimentos alternativos para a apresentação do pedido de reconhecimento de elegibilidade, o que fez com que se facilitasse a adesão por parte dos potenciais beneficiários desta tarifa, a ela.

Agora, em relação ao Orçamento de Estado, e antes disso, nós temos vindo a pecar ...

Presidente: Sra. Deputada, apenas relembrava que nós neste momento estamos só ainda a debater a urgência do Projeto de Resolução.

A Oradora: Estou só a fazer a resenha histórica para defender aqui a nossa posição ...

Presidente: Pronto, só estava a recordar-lhe ...

A Oradora: ... em relação à dispensa de exame em Comissão e defendemos aqui também a urgência do assunto, estou a justificar. Posso?

Presidente: Só queria recordar-lhe porque eventualmente podia ...

A Oradora: Acho no entanto importante, e é aí que veio a proposta do BE, ressaltar que ao longo deste processo e nas adaptações do modelo e dos procedimentos de aplicação, criação e manutenção desta tarifa social dos Açores, tem efetivamente havido uma série de atrasos e portanto aqui com a entrada em vigor do Orçamento de Estado que prevê a alteração a alguns benefícios sociais, entre eles a tarifa social, mais uma vez estamos

aqui em atraso na resposta ao que estava lá previsto e o que estava lá previsto efetivamente era que o processo de atribuição desta tarifa fosse automático, porque nós temos na Região cerca de 3 053 famílias a usufruir de uma tarifa, quando na verdade poderíamos ter mais de 15 mil. Ora, este processo de automatização da atribuição da tarifa social é de extrema importância e portanto nós iremos votar a favor da urgência da proposta e da ausência da dispensa de exame em Comissão.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, passo novamente a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes para, agora sim, apresentar o Projeto de Resolução.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A tarifa social, aliás como foi aqui recordado pela Deputada Catarina, foi criada em 2010 e tem com principais destinatários, atualmente, famílias em comprovada carência sócio económica. Estamos a falar aqui de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, estamos a falar de beneficiário do Rendimento Social de Inserção, do Subsídio Social de Desemprego, do Abono de Família, Pensão Social de Invalidez ou Pensão Social de Velhice, a pessoa singular com rendimentos inferiores 5 080 euros, por ano.

Permite, pois aumentar o rendimento disponível às famílias e aqui na Região com especial incidência também nos idosos com pensões mais baixas.

Em setembro de 2014, aliás este não é um assunto novo aqui na Assembleia porque em setembro de 2014, o Governo Regional através do Sr. Secretário, Vitor Fraga, estimava que a tarifa social poderia abranger 15 000 famílias, o que não ocorria porque a grande maioria destas famílias não requeria, somente 3 053 famílias à época beneficiavam, de facto, na Região desta medida.

Ora na aprovação do Orçamento de Estado para 2016 foi introduzido um mecanismo novo na aplicação desta medida, que faz com que a aplicação do tarifário social se faça automaticamente, independentemente do requerimento por parte do potencial beneficiário.

Portanto, a partir do Orçamento de Estado de 2016, quem se quisesse candidatar a esta tarifa social, era dispensado o requerimento, através do cruzamento de dados era possível apurar quem serão neste momento os reais beneficiários desta medida e por isso é possível, neste momento, aplicá-la de forma automática, beneficiando imensas famílias aqui na Região, que se estima que andem à volta das 15 mil famílias.

Ora, o n.º 2, do art.º 1.º da Portaria n.º 178-B/2016, de 1 de julho, atribui às regiões autónomas a competência para a determinação das normas relativas aos procedimentos, modelos e demais condições necessárias à aplicação do procedimento automático de atribuição da tarifa social do fornecimento de energia elétrica.

Desde então passaram-se oito meses e os açorianos com maiores dificuldades económicas continuam sem ter acesso à tarifa social, pelo menos de forma automática, a não ser que apresentem o requerimento, só porque o Governo Regional ou não quis, ou então se calhar (já estou a adivinhar aqui um pouco talvez o que seja o argumento utilizado pelo PS, em defesa do Governo Regional) não teve tempo e se calhar está prestes a aplicar para regulamentar então a aplicação desta atribuição automático dos tarifários sociais de eletricidade.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução apresentado pelo BE já foi sucintamente esclarecido pelo Sr. Deputado Paulo Mendes e também pela Sra. Deputada do PSD e de facto no enquadramento que foi feito e a evolução que foi legislativa relativa à tarifa social, a grande diferença neste último ano, em 2016, para o modelo anterior é de facto a autonomização do acesso a este desconto, a esta tarifa social e não ter que haver a necessidade de ser requerido pela pessoa em questão.

Por estarmos num assunto que se enquadra claramente na política do Governo Regional e também defendida pelo PS, de defender o maior

rendimento possível às famílias açorianas e é nesse sentido que pergunto ao Governo, ao responsável pelo Governo, aqui presente que nos diga efetivamente que diligências fizeram para proceder com o Orçamento de Estado de 2016 e com a Portaria n.º 178-B, de 2016, de forma a garantir que os açorianos também possam aceder automaticamente a esta tarifa social.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Bom, esta proposta do BE tem a virtude de sinalizar um assunto que é, na nossa perspetiva, importante e relevante e que aliás não é novo, é uma bandeira antiga do BE.

De facto, para que seja de mais fácil perceção esta matéria foi, e digamos, este mecanismo de prever que um beneficiário tenha acesso à tarifa social de forma automática, foi introduzida através das propostas de alteração do BE (quatro propostas de alteração do BE) no último Orçamento de Estado, sendo, parece-me também importante realçar, propostas essas que foram propostas votadas favoravelmente, naturalmente, pelo BE, pelo PS, pelo PCP e pelo Partido Ecologista os Verdes, e o PSD e o CDS abstiveram-se relativamente a estas propostas.

Estamos a falar, Sras. e Srs. Deputados, de uma matéria de considerável complexidade administrativa, estamos a falar que os beneficiários, aqueles que têm direito a este tipo de apoio, tem que ter um comprovativo pelo sistema de segurança social e estamos a falar de quem é beneficiário

do Complemento Solidário para Idosos, do Rendimento Social de Inserção, do Subsídio Social de Desemprego, do Abono de Família, da Pensão Social de Invalidez ou Pensão Social de Velhice, sendo ainda beneficiários as pessoas singulares cujo rendimento total anual do seu agregado familiar seja igual ou inferior a 5 808€, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar.

Faço explicação para referir o quê?

Para que seja possível criar um sistema em que a atribuição desta tarifa social, a estas pessoas que acabo de referir, estamos a falar de um sistema administrativo com uma considerável complexidade.

Relativamente a esta matéria, nós temos duas questões: uma de natureza, eu diria regulamentar e outra de natureza administrativa e nesse âmbito posso informar a câmara e também no seguimento da pergunta do Sr. Deputado André Rodrigues daquele que é o trabalho que tem sido desenvolvido.

Desde logo esta matéria, tendo em conta aquilo que está envolvido, o facto de envolver a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Agência para a Modernização Administrativa, a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira, que todas elas têm que conciliar o tratamento destes dados e o fornecimento atempado destes dados, sinalizando aquelas pessoas ou aquelas famílias que passam a ter acesso a este tipo de apoios, nós do ponto de vista regulamentar temos a questão e a portaria concluída e pronta a ser assinada por quem tutela as Finanças, por quem tutela a Energia e por quem tutela a Solidariedade Social nos Açores, aliás como manda, digamos assim, o Orçamento de Estado e portanto contamos muito brevemente dessa portaria estar em condições de ser publicada porque a questão da Comissão Nacional de Proteção de Dados

que foi o que atrasou em maior medida esta questão, está ultrapassada, portanto tudo aquilo que é o tratamento de dados particulares, mais complexos e sensíveis sobre a situação de cada uma das famílias que têm um conjunto de pressupostos, que têm que ser cumpridos e respeitados tendo em conta aquele que é o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados, essa questão está ultrapassada, portanto a natureza regulamentar deste assunto está praticamente resolvida, tendo em conta a elaboração em fase final que nós temos da portaria que aplica este mecanismo à nossa Região.

Por outro lado temos também a questão administrativa e nesse âmbito posso informar a câmara que já foi assinado o protocolo entre a Solidariedade Social, a EDA e a Autoridade Tributária, para agilizar este assunto, não só garantir o mecanismo de autonomização desta matéria, mas também garantir a tal retroatividade que é aqui proposta no ponto 2, pelo BE.

Esse protocolo já foi remetido, tal como manda também o Orçamento de Estado e o procedimento para a Agência para a Modernização Administrativa e, portanto, nós estamos em condições de, a muito curto prazo, ter este assunto resolvido.

De qualquer forma o BE tem, obviamente, a virtude de sinalizar este assunto, de alertar para este assunto, mas o Governo tem feito aquilo que tinha que fazer, houve esta questão administrativa de uma importância considerável que tinha a ver com a Comissão Nacional de Proteção de Dados, mas isso não invalida, obviamente, da nossa parte total concordância com esta proposta, com a sinalização desta questão, deste atraso, de facto foi um atraso e aquilo que esperamos é que muito brevemente esta matéria esteja resolvida da parte do Governo Regional,

que seja garantida a retroatividade que está referida no ponto dois, da vossa proposta e que todas estas famílias, todos estes cidadãos na situação que referi inicialmente sejam abrangidos também por esta tarifa social e que seja possível o protocolo que referi entre a Solidariedade Social, a EDA e a Autoridade Tributária que preveem também isso, que a partir de agora seja mais fácil garantir este mecanismo nos Açores, em que seja automático, sem requerimento prévio do beneficiário, ou do suposto beneficiário, seja automática a atribuição de tarifa social às famílias que estão nesta situação.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atendendo a que existe um compromisso por parte do Governo Regional de atribuir às famílias economicamente mais vulneráveis uma tarifa social de fornecimento de energia elétrica que lhes permita reduzir a sua fatura de eletricidade, parece-nos legítimo, à semelhança do que se passa na República, que esta atribuição seja automática, até porque a baixa percentagem de adesão, ou seja apenas um quinto das famílias que o Governo Regional anunciou que iriam ser abrangidas por esta tarifa estão a ser efetivamente beneficiadas, o que reflete que esta baixa adesão se prende mais uma vez por processos burocráticos ou pelo desconhecimento por parte de quem mais precisa deste tipo de apoio.

Assim sendo, se a intenção do Governo Regional é efetivamente fazer chegar a estas famílias mais carenciadas este apoio, é mais do que

legítimo que este se torne um processo mais fácil, mais rápido, mais eficaz, ou seja, automático.

Também é com agrado que vimos perante as declarações do Sr. Secretário que estará tudo pronto para se avançar com este procedimento que é mais que justo para estas famílias.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este assunto poderia abordá-lo de duas formas: uma abordagem, por exemplo, à Bloco de Esquerda.

Deputado André Bradford (PS): Ainda não acredita!

O Orador: A abordagem à Bloco de Esquerda é: não vamos colocar pressão no Governo porque se já respondem em 60 dias, em 30 dias não vão responder, portanto vamos diminuir o número de respostas, portanto poderia ser no tipo de abordagem. Não vou pressionar o Governo, neste momento só 3 mil famílias é que estão a beneficiar de um anúncio que foi feito pelo Governo Regional para 15 mil! Vamos pressionar o Governo? Não! Se vamos pressionar o Governo, em vez de 3 mil já passamos a ter 500 ou 600.

Portanto, é muito negativo, não concordo, quer dizer concordo com o objetivo, não concordo com a forma, a forma não é a melhor, portanto há que a manter. Mas não vou fazer esta abordagem. Não faz sentido e como não faz sentido não sigo esta abordagem, portanto vou fazer a abordagem séria do assunto ...

Deputado André Bradford (PS): Já fez!

O Orador: ... e a abordagem séria do assunto é a seguinte: a abordagem séria ...

Deputada Zuraida Soares (BE): É a do PPM!

O Orador: É a do PPM! Exatamente Sra. Deputada.

A abordagem aqui lógica é que o Governo Regional, mais uma vez, quis fazer um anúncio bombástico, e tal, 15 000 famílias, estamos em condições, isto está resolvido.

Cria um processo tremendamente burocrático, a administração regional afinal não é eficaz, coisa que nós já sabíamos porque os senhores têm a administração regional completamente desestruturada, portanto não conseguem fazer cruzamento de dados, são incapazes de concretizar uma medida que Vs. Exas. anunciaram

Agora, vem o Sr. Deputado Berto Messias dizer o seguinte: a partir de agora o problema fica resolvido, há uma coincidência aqui com o BE de pensamento, os senhores pensaram, nós também pensávamos, pensávamos foi umas horas antes, ou um dia antes, pensámos também nesta questão e vamos resolver isto rapidamente. Eu diria, rapidamente não chega! Muito mais rapidamente! Muito mais rapidamente porque estão a 3000, até 15 000 falta muito, portanto tanto que ser muito mais intenso, o esforço tem que ser muito mais rápido.

Portanto, nesse sentido com o Governo não concordo, a velocidade sugerida ainda não é eficaz, tem que ser muito rapidamente.

Em relação ao BE anuncio a minha concordância com a vossa proposta, portanto vou votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras apenas para demonstrar o nosso apoio a esta iniciativa, consideramos útil e oportuna, sobretudo no sentido em que visa repor condições de igualdade entre os açorianos e os restantes portugueses e porque se for corretamente aplicada, na prática permitirá aliviar os custos elétricos a muitas famílias açorianas.

No entanto queremos salientar que para o PCP o que é essencial é efetivamente reduzir a tarifa elétrica que é artificialmente inflacionada para garantir os lucros de grandes grupos económicos.

O falhanço da desregulação e liberalização do setor elétrico, impostas pela União Europeia é hoje inegável e não atingiu os seus objetivos, nomeadamente o de garantir preços mais baixos para o consumidor final.

De igual modo nos Açores a compensação tarifária também não tem servido para proteger os açorianos dos brutais aumentos do preço da eletricidade, tem servido isso sim, para proteger os lucros astronómicos da EDA e os dividendos que distribui anualmente aos seus acionistas que, como sabe, são também privados e correspondem a um dos maiores grupos económicos da Região, esses sim, são protegidos.

Consideramos que o importante é reduzir os preços da eletricidade para todos os consumidores, não só para aliviar os sacrifícios das famílias, mas também para dinamizar a economia regional, para ajudar as nossas empresas que hoje em dia têm como um dos maiores centros de custo a fatura elétrica.

O PCP tem proposto por várias vezes a redução dos preços da eletricidade aqui no Parlamento e se houvesse vontade política da maioria do PS, ele

já teria sido concretizado, mas podem ficar seguros que não vamos desistir desta medida essencial.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto Sr. Secretário, referiu aqui que havia uma série de complexidades e constrangimentos aqui à regulamentação do que está estipulado no Orçamento de Estado de 2016, mas depois a seguir vem e diz que, quer os problemas de natureza administrativa, quer os problemas de natureza regulamentar, estão ultrapassados.

A pergunta que lhe faço é: se todas as dificuldades estão ultrapassadas, qual é o obstáculo neste momento para que se regule aqui o processo automático de atribuição da tarifa social aos clientes finais economicamente vulneráveis do fornecimento de energia elétrica?

Deputado André Bradford (PS): O obstáculo foi a Comissão Nacional de Proteção de Dados!

O Orador: Já está ultrapassado! Já referiu que está ultrapassado!

Portanto, se todas as dificuldades estão ultrapassadas por que é que não se dá o passo seguinte? É tão difícil fazer a redação de uma portaria?

Aliás, digo-lhe mais, esta questão do protocolo entre a EDA, entre a Segurança Social e entre a Autoridade Tributária e Aduaneira, esta questão já está a ser tratada desde 2015. 2015!

Aliá, aparece no preâmbulo da Portaria que dá cumprimento às alterações previstas no Decreto-Lei 172/2014, que esta questão, estamos numa fase de adaptação e que estas entidades estão a ser articuladas, portanto quase dois anos para haver um protocolo entre estas três entidades!?

Mantenho a pergunta: qual é a dificuldade? Para quando?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma referência muito breve, tendo em conta estas afirmações da Sra. Deputada Catarina Furtado.

Antes de mais não posso deixar de registar este entusiasmo da Sra. Deputada Catarina Furtado ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): E estou rouca!

O Orador: ... quando curiosamente o PSD, na Assembleia da República, absteve-se sobre esta matéria, portanto esse entusiasmo é, enfim, um pouco contraditório com a falta de entusiasmo e de apoio a esta medida do PSD, na Assembleia da República.

É apenas um registo que me parece relevante do ponto de vista político.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Explique lá essa parte!

O Orador: Quanto à sua questão eu expliquei no início. A questão regulamentar está resolvida, há ainda uma questão de natureza administrativa que não está, mas que contamos que esteja brevemente.

Eu disse que já está assinado o protocolo entre a Solidariedade Social, a EDA e a Autoridade Tributária, protocolo esse que foi remetido para a Modernização Administrativa e julgamos que esta agência terá, enfim, o parecer relativamente a esse protocolo muito brevemente, para que esta matéria possa entrar em vigor.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Quem tutela isso?

O Orador: Nós estamos a falar, tal como disse inicialmente de uma matéria de considerável complexidade administrativa que implicou também, tendo em conta os dados que estão envolvidos, um conjunto de diligências e de pronúncia, digamos assim, da Comissão Nacional de Proteção de Dados, tendo em conta que estamos a falar de dados particulares, privados, familiares, sensíveis, que não podem ser tratados por este tipo de entidades e pela própria EDA de forma, digamos, leviana e tem que ter um conjunto de balizas administrativas e procedimentais que têm que ser respeitadas e tivemos obviamente que desenvolver essas diligências e contamos que muito brevemente tudo esteja definido. Não me vou comprometer aqui com datas, digo-vos com toda a frontalidade que não me vou comprometer com datas, mas contamos que tudo esteja em condições de ser aplicado brevemente e uma matéria que também me parece de grande relevância que é estar assegurada e garantida a retroatividade nesta medida, que me parece socialmente muito justa.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pronto, então já percebemos que o protocolo foi remetido para análise, a minha pergunta agora é: quando é que remeteram? Quando é que ele foi finalizado? Quando é que foi remetido?

Devem ter algum prazo para cumprimento, para que vos seja dada uma resposta, se ele cumpre ou não com o pretendido. Ou isto é como os

requerimentos que nós remetemos ao Governo, que nós não sabemos se vem ou não?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Sr. Secretário, eu fiz-lhe uma pergunta simples: tem a data de envio do protocolo com a redação final para a entidade que vai fazer a análise?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não tenho aqui, mas remete-os com urgência, tal como os requerimentos!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Como os requerimentos não!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para participação no debate?

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi com satisfação que o Grupo Parlamentar do BE recebeu a notícia, por parte do Sr. Secretário Berto Messias, de que ainda não está feito mas vamos fazer, ou seja, que vamos ter brevemente (só não sabemos quando, mas em breve) a aplicação automática das tarifas sociais aqui nos Açores, o que irá beneficiar, de acordo com as últimas estimativas, 15 000 famílias, portanto não poucas famílias, são muitas, mas também entendi e acho que todos nós aqui entendemos que a posição do Grupo Parlamentar do PS relativamente à proposta aqui discutida dependeu daquela que foi a resposta do Governo.

Por isso o desafio que faço ao Grupo Parlamentar do PS é que assuma de uma vez por todas, depois de todos nós estarmos esclarecidos, sobre qual será o seu sentido de voto.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu inicio a minha intervenção citando a Sra. Deputada Zuraida Soares, ainda no debate desta semana, quando disse: “depressa e bem, não há quem”.

Portanto, esclarecidos todos estes problemas de tratamento de informação que era necessário ser precedido entre o Governo e os vários departamentos do Governo, com a Autoridade Tributária e também com a Segurança Social e visto que está para breve e já foi remetido para a Modernização Administrativa do protocolo finalizado, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dois anos para assinar um protocolo acha que é depressa?

O Orador: ... o PS tem muito gosto de anunciar que irá votar favoravelmente o Projeto de Resolução do BE, garantindo assim o mais breve possível que todos os açorianos que tenham direito a esta tarifa, possam ter mais rendimento disponível todos os meses, após esta aprovação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, é com, mais uma vez, enorme satisfação que desta vez temos a certeza do sentido de voto do Grupo Parlamentar do PS ...

Deputado André Bradford (PS): Mas a gente já tinha dito!

O Orador: ... porque não foi assumido desde início e nós estávamos com um certo receio que não seria a primeira vez que o PS reprovaria uma proposta só porque o Governo Regional se prepara para implementá-la.

Portanto, nós teríamos que precaver que a posição do PS, relativamente a esta proposta era clara e inequívoca, caso contrário correríamos o risco do Grupo Parlamentar do PS não se pronunciar acerca do seu sentido de voto e depois nos surpreender com um voto desfavorável. Não era isso que nós pretendíamos, não era isso que seria desejável.

Ora, mas não é por termos a aprovação garantida da nossa proposta que vamos descansar sobre ela, portanto vamos continuar atentos sobre a aplicação efetiva de todos os procedimentos que irão garantir a aplicação automática dos tarifários sociais na Região. Isto porquê?

Porque em tudo há um historial.

(Risos)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Isto porquê?

Porque em requerimento apresentado pelo BE, ao Governo Regional e este foi respondido a tempo, e a tempo foi a 10 de maio de 2016, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não fique triste com isso, Sr. Deputado!

O Orador: ... em que questionámos o Governo Regional sobre o número de beneficiários efetivos na Região das tarifas sociais e o Governo Regional o que nos respondeu à época foi que esses números seriam divulgados no portal da Direção Regional de Energia, até ao final do corrente mês de maio. É verdade! De facto foram publicados no mês de maio.

O problema é que desde daí, desde maio de 2016, nunca mais atualizaram essa informação.

Deputada Zuraída Soares (BE): Também não perguntámos!

O Orador: Se calhar teríamos de perguntar sempre. Se calhar teríamos que apresentar um projeto de resolução com carácter de urência e dispensa. Mas, isto para quê?

Para chamar a atenção e para alertar que o BE estará atento acerca da implementação desta medida para bem de 15 mil famílias açorianas.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que me vai mandar a documentação sobre o protocolo, eu pedia também que me mandasse o número atualizado dos potenciais beneficiários da tarifa social à data atual, se faz favor.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mando e não precisa fazer requerimento!

A Oradora: Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para aproveitar esta onda de fraternidade que estamos agora a viver?

(Pausa)

Presidente: Julgo que não há mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler a proposta de deliberação final: “A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de deliberação final foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos. Uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 17 horas e 16 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: Alarga o regime de reembolso de ISP a empresas dos sectores produtivos – 42/XI-AR - n.º 401/XIII/2.ª (PCP)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 06;

Assunto: Cria as condições para a substituição do Pagamento Especial por Conta por um regime simplificado baseado em coeficientes técnico-económicos por sector de atividade – 43/XI-AR - n.º 402/XIII/2.ª (PCP)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 17;

Assunto: Promove a igualdade de género na composição dos órgãos da administração do Estado – 44/XI-AR - n.º 406/XIII/2.ª (BE)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 16;

Assunto: Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas – 45/XI-AR - n.º 407/XIII/2.ª (BE)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 17.

2– Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Cria um programa urgente de combate à precariedade laboral na Administração Regional – n.º 4/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Pedido de urgência. A dispensa de exame em Comissão foi indeferida.

3– Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores – 14/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Recomenda ao Governo regional que promova todas as diligências necessárias junto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças do Governo da República no sentido de ser adotada para os Açorianos “lesados do BANIF” a mesma solução que foi desenhada para os “lesados do BES” – 15/XI](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 20;

Assunto: [Incentivos à Fixação de Professores – 16/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 20;

Assunto: [Regulamentação do processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores – 17/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

4 - Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Orientações de Médio Prazo 2017-2020 – n.º 2/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15

Data limite para pareceres sectoriais: (CAPAT, CPG, CAS e CE) -
2017 – 03 - 01

Comissão: Economia

Data limite do Parecer: 2017 – 03 – 09;

Assunto: [Plano Anual Regional para o ano de 2017 – n.º 3/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15

Data limite para pareceres sectoriais: (CAPAT, CPG, CAS e CE) -
2017 – 03 - 01

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2017 – 03 – 09;

Assunto: [Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017 – n.º 4/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15

Data limite para pareceres sectoriais: (CAPAT, CPG, CAS e CE) -
2017 – 03 - 01

Comissão: Economia

Data limite do Parecer: 2017 – 03 – 09;

Assunto: [Altera o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário – n.º 5/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do Parecer: 2017 – 03 – 20.

5 – Requerimentos:

Assunto: [Financiamento público a empresa privada para a instalação de parque fotovoltaico na ilha Terceira](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Referência: 54.06.03 – N.º 100/XI;

Assunto: [Projeto objeto de financiamento público na área da produção de energia eólica e contrato de compra e venda de energia entre a EDA, S.A. e a CAEN, Lda.](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Referência: 54.06.00 – N.º 101/XI;

Assunto: [Rescisão do contrato de concessão de incentivos financeiros à empresa Strongsurvival, Lda.](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Referência: 54.06.00 – N.º 102/XI;

Assunto: [Serviços e especialidades essenciais do Hospital da Horta sem médicos](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia, Mónica Seidi, Marco Costa, Bruno Belo e Jorge Alves Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Referência: 54.03.07 – N.º 103/XI;

Assunto: [Recuperação e futura utilização da lancha Espalamaca](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14

Referência: 54.01.00 – N.º 104/XI;

Assunto: [Financiamento às Juntas de Freguesia](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15

Referência: 54.01.00 – N.º 105/XI;

Assunto: [Entrepasto Frigorífico de Velas](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15

Referência: 54.01.05 – N.º 106/XI.

6 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Air Traffic Service Reporting Offices \(ARO\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 10

Referência: 54.04.02 – N.º 61/XI;

Assunto: [Aplicação de produtos fitofarmacêuticos na ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 10

Referência: 54.04.06 – N.º 74/XI;

Assunto: [Reforma antecipada para agricultores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 10

Referência: 54.01.00 – N.º 92/XI;

Assunto: [Relatórios da auditoria realizada pela inspeção Regional da Saúde ao Hospital de Santo Espírito](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Referência: 54.06.03 – N.º 35/XI.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Envio, por correio eletrónico, do Parecer do Conselho Económico e Social sobre a Conta Geral de Estado de 2015

Proveniência: Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha, Representante da Região no Conselho Económico e Social, Comissão Especializada de Política Económica e Social

Data de Entrada: 2017 – 02 – 10;

Assunto: Ofício 08, de 8 de fevereiro de 2017, remetendo a Sua Excelência a Presidente da ALRAA, o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2017, devidamente assinado

Proveniência: Representante da República

Data de Entrada: 2017 – 02 – 10;

Assunto: Ofício n.º 653 de 6 de fevereiro de 2017, do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção e a agradecer o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares

Proveniência: P'la Chefe do Gabinete, a Adjunta Patrícia Melo e Castro

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13;

Assunto: Ofício SAI-SRAPAP/2017/146, de 13.02.2017 a remeter o Relatório de análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória, Açores

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13;

Assunto: Carta de agradecimento da apresentação de condolências à família de José Pracana

Proveniência: Maria Natália Borba Vieira Pracana, viúva

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14.

Assunto: Solicitação de prorrogação do prazo, por mais 60 dias, para emissão de parecer à Petição n.º 1/XI – “Recuperação e preservação do Forte de São João Baptista, na ilha de Santa Maria”

Proveniência: Renata Correia Botelho, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15;

Assunto: Solicitação de prorrogação do prazo, por mais 30 dias, para emissão de parecer ao Projeto de Resolução n.º 7/XI – “Funcionamento do serviço de suporte imediato de vida”

Proveniência: Renata Correia Botelho, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15;

Assunto: Deliberação da Comissão de Política Geral sobre a solicitação de parecer ao Projeto de Lei n.º 395/XIII/2.ª (BE) – “Estabelece mecanismos de alerta do Património Imobiliário do estado devoluto e em ruínas e permite a sua utilização pelas autarquias locais (sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto)”

Proveniência: António Soares Marinho, Presidente da Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 02 – 16.

8 – Relatórios:

Assunto: [Relativo à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 52/XIII/2.ª \(GOV\) - “Estabelece o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de](#)

[administração e de fiscalização das empresas do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa” - n.º 24/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 10;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Marco José Freitas da Costa](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Artur Manuel Leal Lima](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Dionísio Medeiros Faria e Maia](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14;

Assunto: [Pedido de autorização para exercício de funções de docência, apresentado pelo Deputado José António Vieira da Silva Contente](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante período legislativo de fevereiro de 2017](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 02 – 16;

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante período legislativo de fevereiro de 2017](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Altera o regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na dependência do Ministério da Educação – MEDU” – Reg. DL 489/2016 – n.º 1XI - OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13;

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores do Ano de 2015](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 02 – 15;

9– Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária as Separatas n.ºs 1 e 2/XI.

A redatora, Ana Machado

P'la redatora, Noélia Escobar